



COMISSÃO EUROPEIA

MERCOSUL

DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA REGIONAL

2007-2013

02.08.2007 (E/2007/1640)

ÍNDICE

1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO POLÍTICA, ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL	6
1.1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO POLÍTICA.....	6
1.1.1. <i>Situação interna</i>	6
1.1.2. <i>Situação externa</i>	7
1.2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA.....	9
1.3. ESTRUTURA DO COMÉRCIO.....	11
1.3.1. <i>Comércio intra-regional</i>	11
1.3.2. <i>Comércio externo</i>	12
1.4. EVOLUÇÃO SOCIAL NO MERCOSUL.....	12
1.4.1. <i>Desenvolvimento social</i>	12
1.4.2. <i>Pressão demográfica</i>	12
1.4.3. <i>Desenvolvimento socio-económico e pobreza</i>	13
1.5. QUESTÕES AMBIENTAIS NO MERCOSUL.....	13
1.5.1. <i>Perspectiva geral do ambiente sub-regional</i>	13
1.5.2. <i>Os recursos hídricos e o Acordo sobre o "Aqüífero Guarani"</i>	14
1.5.3. <i>O ambiente na agenda do MERCOSUL</i>	14
2. GRANDES LINHAS DA AGENDA POLÍTICA DO MERCOSUL	15
2.1. DOS OBJECTIVOS DE ASSUNÇÃO AO PROGRAMA DE TRABALHO 2004-2006.....	15
2.2. SITUAÇÃO ACTUAL.....	15
2.2.1. <i>Evolução política e institucional desde 2002</i>	16
2.2.2. <i>Uma importante questão pendente: a transposição das normas</i>	17
2.2.3. <i>A união aduaneira e o mercado comum do MERCOSUL</i>	17
2.2.4. <i>A nova agenda do MERCOSUL para a integração</i>	18
2.2.5. <i>Conclusões</i>	18
3. RESUMO DA COOPERAÇÃO PASSADA E PRESENTE DA CE	19
3.1. O DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA REGIONAL 2002-2006.....	19
3.2. AVALIAÇÃO INDEPENDENTE.....	20
3.3. AVALIAÇÃO DA PRÓPRIA CE.....	21
3.4. PROGRAMAS HORIZONTAIS.....	21
3.5. RUBRICAS ORÇAMENTAIS TEMÁTICAS.....	22
3.6. BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO.....	22
3.7. INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DOS ESTADOS-MEMBROS DA UE E DE OUTROS DADORES.....	22
3.7.1. <i>O Banco Interamericano de Desenvolvimento</i>	22
3.7.2. <i>A cooperação alemã</i>	22
3.8. ANÁLISE DA ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS.....	23
3.8.1. <i>Elemento central da nossa política em relação ao MERCOSUL: a negociação de um Acordo de Associação</i>	23
3.8.2. <i>Outros objectivos estratégicos</i>	23
3.8.3. <i>As lacunas do actual conjunto de políticas: a questão da visibilidade</i>	25
4. A ESTRATÉGIA DE RESPOSTA DA COMISSÃO EUROPEIA PARA 2007-2013	25
4.1. JUSTIFICAÇÃO DA ESCOLHA DOS SECTORES FOCAIS.....	25
4.2. PRIORIDADE 1: APOIO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MERCOSUL.....	26
4.3. PRIORIDADE 2: APOIO AO APROFUNDAMENTO DO MERCOSUL E À APLICAÇÃO DO FUTURO ACORDO DE ASSOCIAÇÃO UE-MERCOSUL.....	26
4.3.1. <i>Apoio ao aprofundamento do MERCOSUL</i>	26
4.3.2. <i>Aplicação do futuro Acordo de Associação UE-MERCOSUL</i>	27
4.4. PRIORIDADE 3: REFORÇO DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, CONHECIMENTO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL, COMPREENSÃO E VISIBILIDADE MÚTUAS.....	27
5. PROGRAMA INDICATIVO REGIONAL (PIR).....	29
5.1. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E FONTES DE FINANCIAMENTO.....	29
5.2. CONDIÇÕES QUE REGEM A EXECUÇÃO E PRINCÍPIOS QUE REGEM A REVISÃO, A AVALIAÇÃO, O FINANCIAMENTO, O CO-FINANCIAMENTO E A EXECUÇÃO.....	29
5.3. SECTORES DE CONCENTRAÇÃO.....	30
5.4. QUESTÕES TRANSVERSAIS.....	30

5.5.	PRIORIDADE 1: APOIO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MERCOSUL	30
5.5.1.	<i>Concessão de apoio ao Parlamento do Mercosul.....</i>	31
5.5.2.	<i>Concessão de apoio ao Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul: consolidação da segurança jurídica na área do Mercosul.....</i>	32
5.5.3.	<i>Apoio ao Secretariado do Mercosul</i>	33
5.6.	PRIORIDADE 2: APOIO AO APROFUNDAMENTO DO MERCOSUL E À APLICAÇÃO DO FUTURO ACORDO DE ASSOCIAÇÃO UE-MERCOSUL	34
5.6.1.	<i>Promoção da integração do mercado e da produção do Mercosul, nomeadamente através da eliminação dos obstáculos não pautais</i>	36
5.6.2.	<i>Segurança alimentar, higiene alimentar, criação de uma zona fitossanitária do Mercosul</i>	37
5.6.3.	<i>Protecção do ambiente.....</i>	38
5.7.	PRIORIDADE 3: REFORÇO DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, CONHECIMENTO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL, COMPREENSÃO E VISIBILIDADE RECÍPROCAS	39
5.7.1	<i>Criação de dez centros de estudo UE-Mercosul e prestação de apoio à aplicação do Plano Operativo para o Sector Educativo do Mercosul – 2006-2010</i>	40
5.7.2	<i>Reforço dos sectores do cinema e do audiovisual do Mercosul a fim de promover a integração regional.....</i>	41
5.7.3	<i>Organização de workshops, seminários e outras actividades destinadas a prestar assistência e conhecimentos especializados em matéria de integração regional, de experiência da UE e de transferência dessa experiência.....</i>	42
5.8.	PROGRAMA DE TRABALHO INDICATIVO	43
6.	ANNEXES	45
6.1.	MERCOSUR AT A GLANCE	45
6.2.	TRADE STRUCTURE.....	48
6.3.	SOCIAL DEVELOPMENTS	50
6.4.	MERCOSUR'S INSTITUTIONAL STRUCTURE AND DECISION-MAKING PROCESS.....	51
6.5.	MERCOSUR WORK PROGRAMME FOR 2004-2006.....	55
6.6.	MERCOSUR POLICY AGENDA (OTHER AREAS)	59
6.7.	EU/EC COOPERATION OBJECTIVES AND INSTRUMENTS	62
6.7.1.	<i>The EU Treaty objectives for external co-operation</i>	62
6.7.2.	<i>The objectives set out in the applicable Regulation/Agreement governing the co-operation and region-specific co-operation objectives</i>	62
6.7.3.	<i>European Community's Development Policy.....</i>	63
6.7.4.	<i>Cooperation at Mercosur level.....</i>	64
6.8.	OVERVIEW OF 2002-2006 COOPERATION	65
6.9.	DONOR TABLE	66
6.10.	ACRÓNIMOS	72

RESUMO

O presente Documento de Estratégia Regional é o segundo respeitante ao Mercosul e apresenta um quadro estratégico para a cooperação da CE com o Mercosul durante o período 2007-2013. O presente Documento de Estratégia foi elaborado na sequência de um processo de consulta que envolveu os países membros do Mercosul e elementos da sociedade civil. As relações entre a CE e o Mercosul assentam no Acordo-Quadro de Cooperação assinado em 1995 com o intuito de preparar uma associação inter-regional entre a União Europeia e o Mercosul. A presente Estratégia Regional centra-se exclusivamente no apoio à integração regional, na preparação para a aplicação do futuro Acordo de Associação e na concessão de assistência em matéria comercial. A isto acresce os fundos de cooperação destinados a apoiar a realização de objectivos exclusivamente nacionais, tal como previsto nos Documentos de Estratégia para os quatro países do Mercosul.

Ao longo dos seus 16 anos de existência, o Mercosul (Mercado Comum do Sul), constituído pela Argentina, pelo Brasil, pelo Paraguai e pelo Uruguai, tem contribuído para promover a paz e a estabilidade, para instituir um diálogo político de alto nível e para reforçar a cooperação interna e internacional. Contudo, desde o último Documento de Estratégia Regional em 2002, foram poucos os progressos registados no sentido da concretização de uma união aduaneira e de um mercado comum estruturado. Embora o Mercosul tenha ainda de envidar esforços consideráveis para alcançar os seus objectivos originais, já registou progressos palpáveis no que respeita ao seu enquadramento institucional. Actualmente, o Mercosul depara-se com três desafios importantes: a) melhorar o seu processo de tomada de decisões e sua capacidade para aplicar e fazer cumprir a legislação comum, b) concretizar o mercado comum e c) aumentar a sensibilização e participação da sociedade civil no projecto de integração regional.

Segundo um relatório de avaliação independente recentemente publicado, a nossa cooperação anterior permitiu reforçar e facilitar as trocas comerciais dentro do próprio Mercosul e entre este e a UE, tendo proporcionado às empresas do Mercosul novas oportunidades de negócio e contribuído para o crescimento global da região e a expansão do seu mercado. Os projectos que tiveram em conta as assimetrias existentes no Mercosul alcançaram melhores resultados. O relatório identifica igualmente os aspectos em que é necessário registar melhorias: um baixo nível de apropriação global dos projectos e a inexistência de uma instituição centralizada do Mercosul que seja responsável pela gestão e pela implementação da cooperação com países terceiros. O relatório chama ainda a atenção para as dificuldades do Mercosul em encontrar fundos de contrapartida e para as complicações técnicas associadas às exigências do Regulamento Financeiro da CE.

A CE retirou igualmente várias conclusões importantes na sua própria perspectiva. No passado, a nossa cooperação assentou na sua totalidade em projectos, contemplando uma multiplicidade de projectos para responder a pedidos das diferentes partes interessadas, mas carecendo muitas vezes de uma visão estratégica global. A cooperação com o Mercosul tem sofrido igualmente os efeitos da falta de participação política e da alteração das prioridades políticas, que dá origem a projectos completamente distintos. A fim de tentar ultrapassar estas insuficiências, a cooperação para 2007-2013 já não será baseada numa lista convencional de projectos mas sim num plano de acção modelado segundo o programa de trabalho do Mercosul em matéria de integração. O plano de acção terá essencialmente por objectivo a conclusão do mercado comum do Mercosul e deverá colocar a tónica nos sectores que facilitem a aplicação do futuro Acordo de

Associação UE-Mercosul. Contemplará um número limitado de objectivos prioritários acordados com o Mercosul e subscritos pela Comissão. A fim de aplicar os objectivos acordados, o plano será concretizado através de listas de medidas a adoptar por cada um dos quatro países membros. O acompanhamento e o controlo da sua aplicação serão da responsabilidade de uma única instituição do Mercosul, ainda a designar. As delegações da Comissão desempenharão igualmente um papel importante no controlo da aplicação do plano. A nova abordagem deve ser baseada nos resultados e associada aos progressos a efectuar para se atingirem os objectivos definidos no plano de acção. A fim de aumentar a flexibilidade do sistema e assegurar que a cooperação da CE corresponde o melhor possível à evolução das prioridades políticas do Mercosul, haverá dois programas indicativos regionais (PIR): 2007-2010 e 2010-2013.

Para efeitos do presente Documento de Estratégia Regional, foi afectada ao Mercosul uma dotação indicativa de 50 milhões de euros para o período 2007-2013 a título do Instrumento de Financiamento da Cooperação para o Desenvolvimento.

Dos 50 milhões de euros reservados para o Mercosul no período 2007-2013, 10 milhões de euros destinam-se a financiar dois projectos no âmbito do Documento de Estratégia Regional 2002-2006 (educação e sociedade da informação) que não puderam ser concluídos a tempo no âmbito das últimas perspectivas financeiras.

Os restantes 40 milhões de euros serão distribuídos pelos três sectores-chave que foram identificados para beneficiar da assistência da CE:

- Prioridade 1: Apoio à institucionalização do Mercosul (10% dos fundos)
- Prioridade 2: Apoio ao aprofundamento de Mercosul e à aplicação do futuro Acordo de Associação entre a UE e o Mercosul (70% dos fundos)
- Prioridade 3: Reforço da participação da sociedade civil, conhecimento do processo de integração regional, compreensão e visibilidade recíprocas (20% dos fundos)

Estes recursos serão complementados pelos projectos e programas financiados ao abrigo dos Documentos de Estratégia dos diferentes países membros do Mercosul e pelos programas regionais para a América Latina, assim como pelos programas temáticos. Sempre que for necessário, serão integradas nos programas questões transversais, nomeadamente no que respeita à inclusão social, à boa governação e ao desenvolvimento sustentável.

1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO POLÍTICA, ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

A União Europeia incentivou o reforço do MERCOSUL e apoiou as suas iniciativas desde a sua criação em 1991. Em 1992, menos de um ano depois, a Comissão Europeia assinou um acordo interinstitucional com o MERCOSUL no intuito de prestar apoio técnico e institucional às estruturas recentemente criadas.

Esta estratégia destina-se a renovar o nosso apoio ao MERCOSUL nas seguintes bases:

- Na sua **estratégia para a América Latina**, a UE tem incentivado constantemente um maior grau de integração económica no intuito de explorar plenamente o potencial da região. Uma integração regional eficaz constitui a chave para o desenvolvimento da região. Por outro lado, a integração incentivará o investimento directo estrangeiro e proporcionará à região uma maior capacidade para resistir aos choques externos.
- As **relações UE-MERCOSUL** baseiam-se actualmente no Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação, assinado em Madrid em 15 de Dezembro de 1995. O Acordo prevê que a cooperação apoie os objectivos do processo de integração do MERCOSUL.
- Na Cimeira do Rio de 1999, ambas as regiões se comprometeram a criar uma associação bi-regional estratégica. As duas entidades estão actualmente a **negociar um Acordo de Associação** baseado em três pilares: diálogo político, cooperação e comércio.
- A cooperação entre a CE e a Argentina é actualmente abrangida pelo Regulamento¹ (CE) n.º 1905/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho que institui um instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento (ICD) e pelas Comunicações da CE sobre cooperação entre a UE e a América Latina. O Regulamento ICD destina-se, nomeadamente, a apoiar a cooperação para o desenvolvimento, a cooperação económica, financeira, científica e técnica, bem como outras formas de cooperação com países e regiões parceiros, além de medidas internacionais para promover os objectivos das políticas internas da UE no exterior da União.

(Para mais informações sobre os objectivos e os instrumentos de cooperação CE/UE, ver anexo 6.7).

1.1. Análise da situação política

1.1.1. Situação interna

Desde 2002², os dirigentes do MERCOSUL chegaram a acordo quanto à necessidade de um modelo de desenvolvimento que conjugue crescimento, justiça social e dignidade do ser humano. Segundo eles, o MERCOSUL não é apenas um bloco comercial mas

¹ Base jurídica: artigo 179.º do Tratado CE.

² O ano do primeiro Documento de Estratégia Regional MERCOSUL.

também um catalisador de valores, tradições e de um futuro comum; a integração regional é uma opção estratégica para reforçar a integração dos nossos países no mundo através do aumento do respectivo poder de negociação. O MERCOSUL tem vindo a alcançar uma dimensão política mais forte nos últimos anos, o que representa um desenvolvimento significativo para o bloco.

Este novo impulso político relançou a integração do MERCOSUL, tal como ilustrado pelos avanços significativos como a assinatura do Protocolo de Olivos a 18/2/2002 (criação de tribunais arbitrais e de revisão), a criação de um órgão de direcção política do MERCOSUL, inspirado no Coreper da CE (*Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL, CRPM*) em Junho de 2003, bem como uma série de Cimeiras do MERCOSUL³, nomeadamente a Cimeira de Brasília, em Dezembro de 2002 (transição de uma Secretaria Administrativa para uma Secretaria Técnica), a Cimeira de Iguazu (integração de cinco novos países associados), a Cimeira de Montevideo (adopção de um novo calendário para eliminar as excepções da Tarifa Externa Comum até 2010), o Protocolo de Ouro Preto, em Dezembro de 2004 (criação de um Fundo de convergência estrutural do MERCOSUL), a Cimeira de Assunção, em Junho de 2005 (adopção de um novo Protocolo sobre direitos humanos), a Cimeira de Montevideo, em Dezembro de 2005 (adopção do Protocolo para a criação de um Parlamento do MERCOSUL até 31 de Dezembro de 2006) e a Cimeira de Córdova, em Julho de 2006 (adopção da sexta ronda de liberalização dos serviços e criação de um grupo de alto nível para redigir a nova tarifa externa comum, que deverá ser adoptada até meados de 2007).

Esta lista de medidas tomadas é impressionante. No entanto, o processo de integração económica está longe de estar completado e os litígios em matéria de comércio são endémicos, para não mencionar as assimetrias demográficas, industriais e económicas do bloco. A título de exemplo, alguns países adoptaram unilateralmente diversas medidas comerciais, sem consulta prévia dos outros membros, o que suscitou um sentimento de desilusão no bloco, apesar das afinidades entre os partidos da esquerda moderada no poder em três dos quatro Estados do MERCOSUL.

1.1.2. *Situação externa*

O MERCOSUL não tinha uma dimensão internacional no início, mas foi adquirindo essa dimensão com o tempo e essa internacionalização acelerou-se nos últimos anos. Por outro lado, o MERCOSUL está a alargar o seu âmbito geográfico mediante a associação com países da América do Sul e a preparar a plena adesão da Venezuela⁴.

O estatuto de membros associados figura em acordos bilaterais entre o MERCOSUL e os países em questão⁵. Para se tornar um Estado associado, o país tem de definir um

³ Formalmente, as Cimeiras não adoptam Decisões dado que o Conselho do Mercado Comum é o órgão de tomada de decisões (ver Anexo 6.4 para mais informações sobre o processo de tomada de decisões do MERCOSUL).

⁴ Em 7 de Dezembro de 2005 (Decisão MERCOSUL 28/05), os países membros do MERCOSUL aceitaram oficialmente a candidatura da Venezuela. A partir dessa data, a Venezuela tem o estatuto de "observador activo" (direito a participar em todas as reuniões formais mas sem direito de voto).

⁵ O Chile tornou-se membro associado em 25 de Junho de 1996, na 10ª Cimeira MERCOSUL em San Luis, Argentina, mediante a assinatura do *Acordo de Complementação Económica MERCOSUL-Chile*. A Bolívia integrou formalmente o bloco na XIª Cimeira do MERCOSUL, em 17 de Dezembro de 1996, em Fortaleza, Brasil, mediante a assinatura do *Acordo de Complementação Económica MERCOSUL-Bolívia*. Em 2003, o Peru tornou-se membro associado na XVª Cimeira do MERCOSUL

calendário para a criação de uma zona de comércio livre com o MERCOSUL. Por outro lado, tal como indicado na Decisão 18/04, para fazer parte do MERCOSUL como membro associado, o país deve aderir ao Compromisso Democrático indicado no "Protocolo de Ushuaia" (1998), ao "Protocolo de Montevideo" (2005) e à "Declaração Presidencial relativa aos Compromissos Democráticos" (1996). Os Estados associados participam nas reuniões periódicas do MERCOSUL a título de membros convidados.

Em 23 de Maio de 2006, os Estados do MERCOSUL adoptaram o Protocolo de Adesão da Venezuela. O documento, de doze artigos, estabelece as principais etapas do processo de adesão. Mediante este Protocolo, a Venezuela adere ao Protocolo de Ouro Preto de 1994. Após a ratificação do Protocolo de Adesão pelos quatro membros e a respectiva entrada em vigor, a Venezuela será membro de pleno direito do MERCOSUL. Para além deste Protocolo, a Venezuela também assinou o Protocolo de Olivos, que cria um mecanismo de resolução de litígios no MERCOSUL. O mecanismo será aplicado progressivamente, à medida que o processo de transposição por parte da Venezuela for avançando. Desde a sua entrada em vigor, a Venezuela disporá de quatro anos para adoptar a legislação, a Nomenclatura Comum e a Tarifa Externa Comum do MERCOSUL. O Protocolo fixa limites para a liberalização comercial intra-MERCOSUL: liberalização imediata de uma lista de produtos, liberalização progressiva até 2013 (da Argentina e do Brasil para a Venezuela: 1 de Janeiro de 2010; do Paraguai e do Uruguai para a Venezuela: 1 de Janeiro de 2013; da Venezuela para a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai: 1 de Janeiro de 2012) e liberalização dos produtos sensíveis em 2014.

Os membros do MERCOSUL desenvolvem um esforço concertado para agirem como um bloco nos foros internacionais. O objectivo é fazer do MERCOSUL e dos seus membros um actor de primeiro plano a nível mundial, como a China, a Índia e a Rússia. A construção de um bloco sul-americano unido na cena internacional foi confirmada com a criação da Comunidade Sul-Americana das Nações, em 8 de Dezembro de 2004.

A coordenação das negociações comerciais com países terceiros começou há alguns anos com a Decisão CMC nº 32/2000, nos termos da qual os Estados Partes do MERCOSUL assumiram o compromisso de negociar de forma conjunta acordos de natureza comercial com terceiros países. Na prática, este compromisso nem sempre se concretizou. Contudo, actualmente, o MERCOSUL parece ter atingido um determinado nível de consenso e realiza negociações comuns com uma série de países dentro e fora do continente.

Nas instâncias multilaterais, o MERCOSUL tem um grau variável de coesão, especialmente no contexto da OMC. Os países do MERCOSUL são actualmente membros do G20 e demonstram um certo nível de unidade em questões fundamentais.

As negociações sobre o Acordo de Livre Comércio das Américas tiveram início em 1998, com base nos princípios de um "compromisso único" e "nada deve ser excluído *a priori*", esperando-se que estivessem concluídas em 1 de Janeiro de 2005. Desde o início, constataram-se diferenças de abordagem entre os EUA e o MERCOSUL relativamente ao âmbito do acordo; enquanto que o MERCOSUL se centrava no acesso ao mercado agrícola, os EUA exerciam pressão em relação a outras questões, como serviços,

em Montevideo, Uruguai, (Dec. 39/03) mediante a assinatura do *Acordo de Complementação Económica MERCOSUL-Peru*. A Venezuela, o Equador e a Colômbia integraram formalmente o bloco na qualidade de membros associados em 17 de Dezembro de 2004 em Ouro Preto, Brasil (Dec. 42/04, 43/04 e 44/04, respectivamente), mediante assinatura do *Acordo de Complementação Económica MERCOSUL-Colômbia, Equador e Venezuela*.

investimento e direitos de propriedade intelectual. Desde a reunião ministerial de Miami em Novembro de 2003, as negociações encontram-se num impasse devido à impossibilidade de chegar a um consenso sobre o que constituiria um conjunto de direitos e obrigações comuns. Realizaram-se posteriormente duas cimeiras, tendo as Partes concordado em ser menos ambiciosas no que se refere ao âmbito do Acordo; contudo, não se verificou nenhum avanço nas negociações.

1.2. Análise da situação económica

O MERCOSUL é o quarto maior agrupamento económico do mundo, com um PIB de 1 002 mil milhões de dólares e uma população de 235 milhões de habitantes em 2005. O Brasil é de longe a maior economia, com 79% do PIB do MERCOSUL, seguido da Argentina com 18%, do Uruguai com 2%, e do Paraguai com 1%.

Após as graves crises económicas e financeiras da Argentina, do Uruguai e do Paraguai e das turbulências financeiras do Brasil em 2000-2002, as economias do MERCOSUL têm vindo a recuperar desde meados de 2003 (ver quadro seguinte). Essa recuperação foi bastante impressionante na Argentina, com uma taxa de crescimento de 9,2% no último ano, associada ao restabelecimento da estabilidade monetária e dos preços e a um regresso progressivo dos depositantes ao sistema bancário. Ocorreram melhorias semelhantes em todos os países do MERCOSUL. No Brasil, a prudente política económica posta em prática pelo Governo de Lula da Silva conseguiu recuperar a confiança dos mercados financeiros e evitar impactos negativos. O real brasileiro subiu da baixa posição em que se encontrava em Outubro de 2002, os diferenciais de rendimento dos títulos internacionais brasileiros reduziram-se significativamente e o país recuperou o acesso aos mercados internacionais de capitais. Três factores principais contribuíram para a recuperação da actividade económica na região: i) melhoria da competitividade resultante das depreciações das moedas verificadas durante as crises, ii) o benefício subsequente em termos de comércio, e iii) o aumento dos preços internacionais das principais mercadorias de exportação.

Os países do MERCOSUL também têm beneficiado de um melhor ambiente económico regional e global⁶. Embora a Argentina continue em grande parte afastada dos mercados internacionais de capitais devido à sua situação de incumprimento da dívida, também tem beneficiado de uma melhoria geral da confiança dos investidores nos novos mercados, o que levou a uma recuperação significativa dos influxos de capital em carteira.

Em 2005, as economias do MERCOSUL cresceram 4% (num total de 1 002 mil milhões de dólares), tendo superado as previsões mais optimistas. O PIB *per capita* na região aumentou cerca de 8,2%, tendo alcançado 4 269 dólares, embora com diferenças nacionais significativas: 1 323 dólares no Paraguai, 4 800 dólares no Uruguai, 4 260 dólares no Brasil e 4 736 dólares na Argentina. O PIB médio *per capita* é de 9 568 dólares, numa base da paridade de poder de compra (indicadores mundiais de desenvolvimento, Banco Mundial).

⁶ Em 2004, a actividade económica mundial respeitava as previsões: o PIB mundial cresceu 4,9% (5,3% em 2004), enquanto que o comércio mundial cresceu mais de 7%.

Crescimento anual do PIB dos países membros do MERCOSUL⁷

	1994-1998	1998-2002	2003	2004	2005	1994-2005
MERCOSUL	2,8%	0,2%	2,4%	5,9%	4,0%	2,2%
Argentina	3,6%	-4,9%	8,8%	9,0%	9,2%	1,8%
Brasil	2,6%	2,1%	0,5%	4,9%	2,3%	2,4%
Paraguai	2,0%	0,1%	2,5%	4,1%	3,0%	1,6%
Uruguai	3,4%	-4,8%	2,2%	11,8%	6,6%	1,2%
América Latina	3,1%	1,1%	2,0%	5,5%	4,3%	2,6%

De salientar que o crescimento do PIB ocorreu paralelamente a uma melhoria significativa da situação da **balança de transacções correntes**, o que, para a região na sua totalidade, significou a passagem de uma situação deficitária para uma situação excedentária. Simultaneamente, verificou-se uma reactivação gradual dos fluxos de capitais para a região e o nível das **reservas e divisas** aumentou consideravelmente, recuperando em relação ao baixo nível atingido durante a turbulência financeira de 2001-2002.

No âmbito da política macroeconómica, são de salientar dois fenómenos importantes. Durante os anos de crise, a implementação de **políticas monetárias** relativamente prudentes permitiu limitar o impacto inflacionista das fortes depreciações monetárias. À medida que os países começaram a recuperar das crises e a **inflação** começou a diminuir e a ser controlável, as taxas de juro baixaram consideravelmente. Mais recentemente, alguns bancos centrais começaram a endurecer de novo a política monetária, uma vez que o forte crescimento interno associado aos elevados preços do petróleo voltou a exercer alguma pressão inflacionista.

Desde 2003, os esforços de **consolidação orçamental**, associados à recuperação da actividade económica, permitiram melhorar sensivelmente as contas públicas dos países do MERCOSUL. Porém, os elevados níveis da dívida pública (mais de 50% do PIB no Brasil, quase 90% na Argentina e 70% no Uruguai) continuam a travar os investimentos e deixam as economias vulneráveis aos choques externos.

Todos os **programas de estabilização e de reforma** aplicados pela Argentina, Brasil e Uruguai em resposta à crise de 2000-2002, bem como os programas aplicados subsequentemente pelo Paraguai, têm recebido **apoio do FMI no âmbito de diversos instrumentos financeiros**. Os bons resultados económicos do Brasil permitiram que as autoridades deixassem caducar o Acordo de "stand-by" em Março de 2005, o que significa que, pela primeira vez desde 1998, o Brasil não está abrangido por um programa do FMI. O Brasil, a Argentina e o Uruguai pagaram as suas dívidas ao FMI antes do prazo, em Dezembro de 2005, Janeiro de 2006 e Dezembro de 2006, respectivamente. O Brasil liquidou totalmente a sua dívida ao Clube de Paris no primeiro semestre de 2006 e resgatou todas as suas obrigações Brady. A Argentina também pretende normalizar as suas relações financeiras com o Clube de Paris. Actualmente, o Paraguai é o único país do MERCOSUL que tem um programa FMI. O país assinou um acordo de *stand-by* de 27 meses em Maio de 2006.

Contudo, apesar das melhorias, as economias dos países do MERCOSUL continuam a ser vulneráveis. Na Argentina, os insuficientes progressos em termos de reformas estruturais (designadamente nos sectores das finanças públicas, bancário e dos

⁷ Comissão Europeia, previsões do Outono de 2006.

serviços de utilidade pública) e as incertezas sobre a forma como as autoridades tratarão a questão dos credores continuam a ensombrar a sustentabilidade dos recentes e impressionantes resultados económicos. Em relação ao Brasil, apesar das recentes melhorias, o seu perfil de serviço da dívida e a situação da balança de pagamentos continuam a ser frágeis. As economias uruguaia e paraguaia continuam altamente dependentes das grandes economias vizinhas e ainda sofrem as consequências da recente crise (situação orçamental difícil e sistema bancário frágil, recuperação económica pouco sólida). Os quatro países continuam vulneráveis a uma correcção para a baixa dos actuais preços internacionais elevados das matérias-primas, a um aumento súbito das taxas de juro nos países industrializados e a uma deterioração do quadro económico mundial. Os quatro países devem perseverar na reforma estrutural (em especial, o reforço do sistema bancário e, na Argentina, a reforma dos sectores dos serviços públicos), na consolidação orçamental e na redução da pobreza e da desigualdade de rendimentos para aumentarem as hipóteses de manterem a expansão económica em curso.

1.3. Estrutura do comércio

1.3.1. Comércio intra-regional

O comércio intra-regional do MERCOSUL representou em média 15% do comércio total no período 2002-2005, um índice relativamente baixo em comparação com outras regiões como a UE (65,9%) ou a NAFTA (45,3%). Desde 1985 até ao final dos anos 90, assistiu-se a um aumento da parte do comércio intra-regional, situação que se reverteu nos últimos anos devido às crises económicas e financeiras na região. Desde 1999, a estrutura comercial do Brasil revela uma forte orientação para os mercados mundiais (o comércio com os outros membros do MERCOSUL representou apenas 9,4% do comércio do Brasil no período de 2002-2005), sendo este o principal factor subjacente aos níveis relativamente modestos das trocas comerciais intra-MERCOSUL. Por outro lado, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai revelam uma dependência comercial mais forte em relação aos seus parceiros do MERCOSUL, nomeadamente 25,8% no caso da Argentina, 37,0% para o Uruguai e 55,7% para o Paraguai.

Dado que a Argentina e o Brasil, as duas maiores economias, representam quase 97,7% (2005) do PIB do MERCOSUL, os seus modelos comerciais merecem uma análise mais atenta. O Brasil tem diminuído de forma consistente a sua quota no comércio (tanto em termos de exportações como de importações) com os seus parceiros do MERCOSUL nos últimos anos devido à rápida expansão das exportações brasileiras para os mercados mundiais. Em termos absolutos, as exportações do Brasil para a Argentina aumentaram significativamente (2,5 mil milhões de euros em 2002, 8 mil milhões de euros em 2005). A Argentina, por seu lado, reduziu as suas exportações para outros países do MERCOSUL (tanto em termos absolutos como em parte do comércio total), aumentando simultaneamente as suas importações do resto do MERCOSUL. Por conseguinte, desde 2003, e após 8 anos de excedente comercial, a Argentina tem vindo a registar um saldo negativo na sua balança comercial em constante aumento com o Brasil, situando-se em 3,75 mil milhões de euros em 2005. Este défice explica-se em larga medida por níveis excepcionalmente elevados de importações de produtos industriais e por uma redução das exportações argentinas de energia, matérias-primas, automóveis e produtos agrícolas transformados. O aumento das importações argentinas deve-se em parte a um maior crescimento económico em comparação com o Brasil, bem como à evolução das taxas de câmbio. As condições-quadro de investimento e a política energética da Argentina também tiveram alguma importância neste contexto. O Governo argentino reagiu a esta evolução adoptando uma política de "comércio administrado" de produtos sensíveis, uma opção política que está na origem de muitos dos actuais conflitos comerciais.

1.3.2. *Comércio externo*

A participação do MERCOSUL no comércio mundial representou apenas 1,05% do comércio mundial total durante o período 2002-2005. A União Europeia é o principal parceiro comercial do MERCOSUL, com 24,6% do comércio total em 2005, seguida pelos EUA, com 20%. O resto da América Latina representa cerca de 13,4% do comércio do MERCOSUL. Os fluxos comerciais tiveram um crescimento significativo nos dois últimos anos, uma tendência que se mantém em 2006.

Desde 2000, o comércio entre a UE e o MERCOSUL tem conhecido uma mudança gradual e consistente, passando de um saldo positivo de 3,9 mil milhões de euros a favor da UE em 2000 para um excedente comercial a favor do MERCOSUL, que se situa perto de 5,9 mil milhões de euros em 2005.

O MERCOSUL, impulsionado sobretudo pelo Brasil, está a tentar diversificar os seus fluxos comerciais para fomentar o comércio regional e o comércio "sul-sul". Esta estratégia conduziu, nomeadamente, à conclusão, no ano passado, do Acordo de comércio livre entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina. Contudo, a NAFTA e a UE ainda constituem a parte mais importante da estrutura comercial do MERCOSUL, sendo difícil prever uma mudança radical deste modelo num futuro próximo.

1.4. **Evolução social no MERCOSUL**

De acordo com a tabela do índice de desenvolvimento humano das Nações Unidas relativa a 2003, a Argentina e o Uruguai ocupam os melhores lugares entre os países latino-americanos, 34º e 46º, respectivamente, enquanto o Brasil e o Paraguai se situam, respectivamente, no 63º e no 88º lugar.

1.4.1. *Desenvolvimento social*

Segundo os indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), quase todos os países MERCOSUL registaram progressos em diversos domínios. Entre 1990 e 2003, a taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos baixou de 20/1000 para 17/1000 no Uruguai, de 25/1000 para 18/1000 na Argentina, de 50/1000 para 34/1000 no Brasil e de 30/1000 para 24/1000 no Paraguai, o que indica uma melhoria constante dos indicadores de saúde. Estes e outros dados ilustram as diferenças existentes entre os quatro países: por exemplo, a população sem acesso a água potável varia bastante, desde 2% no Uruguai a 17% no Paraguai em 2005 (comparado, no entanto, com 38% em 1990).

Os índices de alfabetização são geralmente elevados, acima de 90% em todos os países com excepção do Brasil, onde o índice é de 89%. De novo segundo os indicadores dos ODM, a taxa líquida de inscrição no ensino primário no Brasil subiu de 86% em 1990-91 para 93% em 2004.

1.4.2. *Pressão demográfica*

O taxa de crescimento demográfico é de cerca de 1,1% em média, com grandes diferenças entre os países. O Paraguai tem uma taxa de crescimento anual de 2,5%, enquanto que a do Uruguai é de apenas 0,6%. A percentagem de população urbana é geralmente elevada, acima de 80% na Argentina, Brasil e Uruguai, enquanto que no Paraguai essa percentagem é de 55,3%.

1.4.3. *Desenvolvimento socio-económico e pobreza*

Embora os programas destinados à redução da pobreza e da indigência tenham prosseguido durante os três anos de crise, segundo a CEPALC (Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas), a crise de 1999-2002 provocou um queda dramática nas taxas de emprego e um aumento da pobreza e da exclusão social. Contudo, espera-se que as taxas de crescimento económico registadas no período de 2003-2006 no Brasil, na Argentina e no Uruguai resultem em melhorias em termos de rendimentos, bem como numa redução potencial dos níveis de pobreza num futuro próximo.

Na Argentina e no Uruguai, a situação e a evolução da pobreza estão em grande parte ligadas às recentes alterações do mercado de trabalho. Concretamente, na Argentina, a taxa de pobreza durante a crise económica aumentou de 32,8% em 2000 para mais de 50% em 2002. Como consequência, a diminuição da pobreza dependerá certamente do dinamismo da actividade económica, da melhoria do emprego regular e das relações laborais.

No Brasil e no Paraguai, a pobreza e, sobretudo, a pobreza extrema, têm muitas vezes causas que não estão relacionadas com a situação económica do mercado de trabalho, sendo antes de carácter estrutural e histórico. Isto reflecte-se também na grande concentração da riqueza nessas sociedades. No Paraguai, os 20% da população constituída pelas pessoas mais ricas detêm cerca de 60% do rendimento total, enquanto que os 20% mais pobres da população apenas tem acesso a 3% do rendimento nacional. No Brasil, em 2002, os 20% mais pobres tiveram acesso a 4,2% do rendimento nacional, enquanto que os 20% mais ricos detinham 56,8% do rendimento nacional. No Brasil, além disso, registam-se diferenças regionais significativas: o último valor era de 53,9% no sudeste e 62,6% no nordeste.

Para dados mais pormenorizados sobre a situação de cada país, consultar os respectivos documentos de estratégia por país.

1.5. Questões ambientais no MERCOSUL

1.5.1. *Perspectiva geral do ambiente sub-regional*

A variedade de flora e fauna na área do MERCOSUL (58% da América Latina) traduz-se numa variedade de ecossistemas: florestas tropicais e sub-tropicais, prados temperados e climas frios subárticos. De entre os quatro países, o Brasil ocupa o primeiro lugar em grau de biodiversidade bem como em número de espécies ameaçadas, devido aos latifúndios ou explorações de larga escala, às monoculturas e à desflorestação das florestas tropicais.

No Uruguai, a agricultura intensiva causou a perda de alguns ecossistemas e ameaçou outros (florestas). A recente política de reflorestação massiva com espécies exóticas de madeira (coníferas e eucaliptos) tem sido criticada devido ao seu impacto ambiental negativo.

O Paraguai está dividido em duas regiões: a região ocidental (Chaco) e a região oriental. Actualmente, o país enfrenta problemas decorrentes das alterações na utilização do solo, da desflorestação excessiva, da redução da biodiversidade, da contaminação dos solos e da água bem como da fragilidade das instituições ambientais.

A Argentina enfrenta problemas semelhantes, que incluem a gestão da água em bacias hidrográficas partilhadas e a gestão dos ecossistemas correspondentes. A nível local, a Argentina enfrenta problemas de perda de biodiversidade e poluição associados a

aglomerados humanos, os quais estão estreitamente relacionados com a expansão das fronteiras agrícolas e urbanas.

1.5.2. *Os recursos hídricos e o Acordo sobre o "Aquífero Guarani"*

A bacia hidrográfica do Amazonas, por um lado, e a bacia do Rio de la Plata, por outro, (rios Paraná e Uruguai) constituem fontes únicas de água para consumo humano, bem como para a produção de energia hidroeléctrica e para navegação, apresentando tanto oportunidades económicas como ameaças para os ecossistemas, bastante sensíveis, dos terrenos pantanosos.

Infelizmente, foram tomadas pouquíssimas medidas na área do MERCOSUL para evitar a poluição das águas causada pelos resíduos domésticos e industriais. A drenagem e a reciclagem das águas residuais ainda estão numa fase muito atrasada. Por exemplo, a poluição do rio Uruguai, partilhado pela Argentina e pelo Uruguai, é causada por uma central termoeléctrica e pela desflorestação do lado brasileiro. Até à data, os três países não conseguiram encontrar soluções conjuntas. Também há uma questão pendente entre o Uruguai e a Argentina em relação à construção de uma fábrica de pasta de papel no rio Uruguai, do lado uruguaio.

A recente iniciativa tomada pelos quatro países do MERCOSUL com a "Carta da Foz do Iguaçu" é um sinal bastante encorajador. Esta iniciativa diz respeito a uma das reservas de água mais importantes do mundo partilhada pelos quatro países: o Aquífero Guarani. A Carta, ou declaração de princípios em relação à água, é particularmente interessante e inovadora. Os países declararam que o Aquífero Guarani é "um bem ambiental e social para os povos dos países em que se encontra".

Para dados mais pormenorizados sobre os perfis ambientais de cada Estado do MERCOSUL, consultar os respectivos documentos de estratégia por país.

1.5.3. *O ambiente na agenda do MERCOSUL*

Os temas ambientais estão presentes na agenda do MERCOSUL desde a sua fundação, uma vez que o Tratado de Assunção menciona a protecção ambiental no seu preâmbulo⁸. Desde o início da história do MERCOSUL, os seus membros começaram a coordenar as suas posições para as grandes conferências em matéria de ambiente (por exemplo, com a Declaração de Canela de 1992, coordenaram as suas posições para a Conferência do Rio).

Em 1995, foi criado um grupo de trabalho específico para o ambiente (SGT6), cujo objectivo geral consiste em fazer propostas para garantir a integridade do meio ambiente nos países membros do MERCOSUL, no contexto da união aduaneira. Os seus objectivos específicos são os seguintes: i) promover a integração em matéria de relações ambientais, comerciais e económicas; ii) evitar restrições e distorções comerciais; iii) levar a cabo estudos e propor acções e práticas para evitar a poluição e incentivar a conservação; iv) promover medidas efectivas do ponto de vista ambiental e económico. Foram criados diversos grupos ad-hoc no âmbito do SGT6, incluindo um grupo sobre biodiversidade e um outro, recente, sobre bens e serviços ambientais.

Em Março de 2001, em Florianópolis, o MERCOSUL adoptou o Acordo-Quadro sobre o Ambiente (ratificado em 2004), em que reitera o seu empenhamento em relação aos

⁸ Todos os países do MERCOSUL ratificaram a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas e o Protocolo de Quioto.

princípios da Declaração do Rio de 1992 e se compromete a cooperar no âmbito da protecção do ambiente e a realizar acções que garantam a utilização sustentável dos recursos naturais.

Em Junho de 2004, foi criada a Reunião Especializada dos Ministros do Ambiente, com o objectivo de executar o Acordo de Florianópolis e dar uma orientação política à agenda do MERCOSUL sobre questões ambientais. Até à data, reuniu-se três vezes.

Em 2004, o Conselho do Mercado Comum decidiu adoptar a Decisão Nº 14/04 relativa ao "Protocolo Adicional ao Acordo Quadro sobre Meio Ambiente do MERCOSUL em Matéria de Cooperação e Assistência perante Emergências Ambientais". O Protocolo Adicional pretende garantir que: "... Os Estados Partes, por meio de seus Pontos Focais, prestarão cooperação recíproca e assistência quando ocorrer uma emergência que tenha consequências efectivas ou potenciais no meio ambiente ou na população de seu próprio território ou de outro Estado Parte".

Apesar da sua estrutura e do compromisso político, será necessário continuar a envidar esforços para que as questões ambientais tenham um maior peso na agenda do MERCOSUL. Por outro lado, e embora algumas questões sobre o ambiente sejam abordadas de forma mais eficaz ao nível nacional, outras requerem uma abordagem regional.

2. GRANDES LINHAS DA AGENDA POLÍTICA DO MERCOSUL

2.1. Dos objectivos de Assunção ao programa de trabalho 2004-2006

O Tratado de Assunção estabeleceu uma união aduaneira e um mercado comum no cone sul (ou seja, na parte meridional da América Latina), com livre circulação de bens, serviços e factores produtivos entre os países, bem como a coordenação de políticas macroeconómicas e sectoriais (para mais informações sobre a estrutura institucional e o processo de tomada de decisões, ver Anexo 6.4). Desde então, o comércio entre os países foi liberalizado, com excepção do sector do açúcar e do sector automóvel, e a Tarifa Externa Comum está em vigor, embora com algumas excepções que deverão ir sendo progressivamente eliminadas⁹.

O programa do MERCOSUL não se limita à realização de um mercado comum. Na Cimeira de Montevideo de Dezembro de 2003, o MERCOSUL adoptou um ambicioso programa de trabalho para 2004-2006, cujo principal objectivo consiste em elaborar um roteiro para a realização da união aduaneira e do mercado comum, incluindo igualmente um determinado número de outras áreas, que vão desde a coordenação macroeconómica aos assuntos internos, ambiente, educação, infra-estruturas, etc. (Ver Anexo 6.5, programa de trabalho do MERCOSUL 2004-2006).

2.2. Situação actual

Desde 2002¹⁰, o MERCOSUL progrediu na via da realização da sua união aduaneira e criou alguns elementos de um mercado comum, tendo igualmente reforçado o seu quadro institucional.

⁹ Ver Decisões 31 a 34/03.

¹⁰ O ano do primeiro Documento de Estratégia Regional MERCOSUL.

2.2.1. *Evolução política e institucional desde 2002*

Vale a pena sublinhar algumas das etapas da institucionalização do MERCOSUL:

- A conversão da Secretaria Administrativa numa Secretaria Técnica. Tendo sido criada como uma secretaria com uma função principalmente administrativa, tornou-se um órgão consultivo técnico das instituições do MERCOSUL, composta por 4 peritos independentes (2 juristas e 2 economistas). Embora com recursos e margem de manobra política extremamente limitados, a Secretaria Técnica: i) actua como conselheiro jurídico e económico do órgão de tomada de decisões; ii) acompanha o processo de integração mediante a publicação de relatórios bianuais (CMC N°30/02).
- A criação de um órgão de direcção política do MERCOSUL (Comissão de Representantes Permanentes, CRPM), inspirada no COREPER da CE, em Junho de 2003 (Decisão N° 11/03). As competências da CRPM são as seguintes: i) fortalecer as relações económicas, sociais e parlamentares no MERCOSUL, estabelecendo vínculos com a Comissão Parlamentar Conjunta e o Foro Consultivo Económico e Social, assim como com as Reuniões Especializadas do MERCOSUL; ii) por mandato do Conselho, representar o MERCOSUL, através do Presidente da CRPM, nas relações com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais.
- O acordo interinstitucional de Outubro de 2003 entre a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) e o Conselho do Mercado Comum, que preconiza a consulta da CPC em relação às normas do MERCOSUL que devem ser incorporadas na legislação pelos Parlamentos nacionais. Desta forma, dever-se-á acelerar o processo de transposição das normas do MERCOSUL. Contudo, o acordo ainda não entrou em vigor dado que os regulamentos dos Parlamentos nacionais têm de ser adaptados em conformidade.
- A aprovação em 2004 das normas de procedimento dos Tribunais Arbitrais "ad hoc" (ou seja, a primeira instância do sistema de resolução de litígios do MERCOSUL criado pelo Protocolo de Olivos de 2002) constituiu um passo decisivo para o início do funcionamento do sistema judicial de Olivos. Contudo, o Tribunal Arbitral "Ad Hoc" ainda não está operacional devido à falta de financiamento.
- A criação, em Agosto de 2005, do Tribunal Permanente de Revisão (TPR, a segunda instância, o principal resultado do Protocolo de Olivos), embora o respectivo orçamento ainda tenha de ser adoptado.
- O estabelecimento de um Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL, em Dezembro de 2004, para abordar as necessidades infra-estruturais e as "assimetrias". O Fundo terá um montante de 100 milhões de dólares por ano. O Brasil deverá contribuir com 70%, a Argentina com 27%, o Uruguai com 2%, e o Paraguai com 1%. Em termos de distribuição, o Paraguai deverá receber 48% dos fundos, o Uruguai 32% e a Argentina e o Brasil, 10%. O Fundo estará operacional no início de 2006.
- O reforço da "cláusula democrática" sob a forma de um novo Protocolo dos direitos humanos foi adoptado na Cimeira de Montevideu de Dezembro de 2005. Este novo protocolo abre a possibilidade de suspender um Estado membro quando haja provas de actos "sistemáticos e massivos" de violência.
- A criação de um Parlamento do MERCOSUL: o Protocolo para a criação e a regulação do Parlamento do MERCOSUL também foi adoptado na Cimeira de Montevideu de Dezembro de 2005. O Protocolo prevê a entrada em funcionamento do Parlamento até Dezembro de 2006.

2.2.2. *Uma importante questão pendente: a transposição das normas*

Embora as normas adoptadas pelos órgãos de tomada de decisões do MERCOSUL sejam obrigatórias para os países membros, não impõem directamente direitos e obrigações às pessoas singulares e colectivas residentes na área do MERCOSUL. Tal deve-se ao facto de a grande maioria dos actos jurídicos adoptados pelos órgãos do MERCOSUL, com excepção dos que regulam as organizações e operações do MERCOSUL, ter de ser transposta ou incorporada na legislação nacional de cada país segundo o procedimento correspondente.

Este facto constitui um enorme obstáculo ao processo de integração. Actualmente, somente cerca de 48% das normas adoptadas pelos órgãos legislativos do bloco¹¹ estão em vigor. Alguns sectores apresentam um nível especialmente baixo de transposição, como a justiça (apenas 20%) e o sector da saúde (apenas 54%). Estas percentagens ilustram claramente a profundidade do problema. Por outro lado, é de salientar que algumas das características de base do mercado interno (código aduaneiro, liberalização dos serviços, protecção dos investimentos, contratação pública) estão definidas nos Protocolos que complementam o Protocolo de Ouro Preto, mas de momento somente o Protocolo relativo à liberalização dos serviços foi ratificado pelos quatro países membros.

2.2.3. *A união aduaneira e o mercado comum do MERCOSUL*

São poucos os progressos registados em relação aos aspectos fundamentais da união aduaneira e do mercado comum do MERCOSUL:

- As Decisões adoptadas em Dezembro de 2003 estabeleceram um novo calendário para a eliminação das excepções à Tarifa Externa Comum até 2010, o mais tardar, e regularam os regimes especiais de importação (por exemplo, no que se refere a bens de capital e tecnologia da informação).
- A Cimeira de Córdoba de Julho de 2006 criou um grupo de alto nível para elaborar um novo Código Aduaneiro Comum que deverá ser adoptado em meados de 2007.
- Foram alcançados progressos mediante a Decisão 54/04 sobre a livre circulação de bens e a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum sobre bens importados. Contudo, esta decisão só se aplica aos bens isentos de direitos aduaneiros, tendo a sua extensão a bens sujeitos a direitos aduaneiros sido adiada para 2008 e sujeita a uma série de condições.
- Realizaram-se seis rondas de negociações sobre o mercado comum dos serviços. O Protocolo de Montevideu, que constitui a base jurídica da liberalização dos serviços, só foi ratificado pelos quatro Estados do MERCOSUL em 2005. O Protocolo prevê a plena liberalização dez anos após a sua entrada em vigor.
- Adopção, em Dezembro de 2004, do regulamento de aplicação relativo aos contratos públicos. Contudo, também neste caso, o Protocolo aguarda a ratificação dos quatro Parlamentos.

Apesar destes progressos, ainda continuam pendentes muitos assuntos importantes:

¹¹ Foram aprovadas 331 Decisões CMC, 1 023 Resoluções CMG e 140 Directivas TC (num total de 1 494 normas), das quais cerca de 150 foram revogadas.

- Os obstáculos não pautais continuam a dificultar o comércio intra-MERCOSUL e a criar atritos entre os países membros.
- A união aduaneira não está concluída: não há uma política comum em matéria de comércio externo nem uma livre circulação completa de produtos importados.
- A livre circulação de factores produtivos e de serviços ainda não foi aplicada e a legislação para a sua execução continua bloqueada ao nível dos Parlamentos nacionais.

A conclusão da união aduaneira e do mercado comum deve portanto continuar a ser considerada o principal objectivo da agenda do MERCOSUL.

2.2.4. *A nova agenda do MERCOSUL para a integração*

O programa de trabalho para 2004-2006 preconiza também o desenvolvimento de uma "nova agenda para a integração": reconhecimento mútuo de diplomas, promoção da integração industrial mediante alianças estratégicas, assistência técnica mútua e reforço das políticas industriais, bem como promoção de projectos de integração física. Esta cooperação é realizada por grupos de trabalho sectoriais ad-hoc a diversos níveis, sendo o resultado o reforço do processo de integração, na maioria das vezes graças à compreensão mútua, partilha de conhecimento e desenvolvimento de uma rede de funcionários. Para mais informações sobre a evolução política do MERCOSUL noutros domínios (justiça e assuntos internos, ambiente, infra-estruturas, educação, política social e laboral, investigação e desenvolvimento, ciência e tecnologia e audiovisual), ver o Anexo 6.6.

2.2.5. *Conclusões*

Nos últimos anos, o MERCOSUL registou diversos desenvolvimentos institucionais. Esta natureza evolutiva do MERCOSUL é um sinal de vitalidade e de vontade de adaptar-se aos desafios do século XXI. Porém, o actual quadro institucional não parece ter encontrado o seu equilíbrio final. O défice em termos de democracia e de transparência é significativo, e só parcialmente será ultrapassado pelo Parlamento do MERCOSUL. O MERCOSUL obteve resultados positivos em termos de aumento da integração económica da região até um certo ponto, embora não sejam comparáveis com os da UE ou da NAFTA. Tal como salientado antes, ainda há muito caminho a percorrer para alcançar os objectivos consagrados no Tratado de Assunção, nomeadamente a criação de um verdadeiro Mercado Comum do MERCOSUL.

Contudo, durante os seus 16 anos de existência, o MERCOSUL demonstrou que consegue alcançar bons resultados em termos de promoção da paz e da democracia na região. Instituiu entre os seus países membros e com os países que lhe estão associados um diálogo político e uma cooperação de alto nível em diversos âmbitos, desde a justiça e à luta contra o terrorismo até ao ambiente. Também se mostrou eficaz face às agitações económicas e financeiras que se verificaram entre 1999 e 2002 e às divergências políticas e económicas entre os seus membros.

3. RESUMO DA COOPERAÇÃO PASSADA E PRESENTE DA CE

3.1. O Documento de Estratégia Regional 2002-2006

O objectivo da cooperação CE-MERCOSUL é o reforço do processo de integração das instituições e dos mercados na região.

A cooperação actual baseia-se no Memorando de Entendimento assinado pelos dois blocos em Julho de 2001 para o período 2002-2006 e no Documento de Estratégia Regional aprovado em 2002 com o Programa Indicativo Regional correspondente. Ambos reflectem o principal objectivo da nossa cooperação, nomeadamente o reforço do processo de integração do MERCOSUL. (Para mais informações sobre os objectivos da cooperação CE/UE e os documentos de base, ver Anexo 6.7).

O Documento de Estratégia Regional 2002-2006 relaciona expressamente a cooperação com o apoio ao processo de negociação e refere que a criação do Mercado Comum do MERCOSUL deve ser considerada uma condição prévia para a conclusão das negociações e a sustentabilidade da associação entre as duas regiões.

O Documento de Estratégia Regional 2002-2006 e o seu Programa Indicativo Regional estabelecem três áreas prioritárias para a cooperação com o MERCOSUL, que beneficiará de um orçamento total de 48 milhões de euros:

- Apoio à integração do mercado interno e à aceleração dos fluxos comerciais inter-regionais (21 milhões de euros)
- Apoio à institucionalização do MERCOSUL (12,5 milhões de euros)
- Apoio à sociedade civil no MERCOSUL (14,5 milhões de euros)

O Quadro 1 no Anexo 6.8 "Descrição da cooperação em 2002-2006" mostra as medidas específicas a executar em cada sector prioritário, o montante atribuído e a situação no que diz respeito à gestão do ciclo do projecto.

A cooperação com o MERCOSUL teve início em 1992 e muitas acções já foram concluídas. Desde o início do MERCOSUL, há catorze anos, a CE tem prestado um apoio político activo ao processo regional de integração através de um sólido programa de cooperação técnica concentrado em três sectores fundamentais: i) questões institucionais, ii) questões relacionadas com o comércio; iii) integração económica e cooperação intra-regional. O total das autorizações em favor da sub-região do MERCOSUL no período 1992-2002 ascende a 49,3 milhões de euros. Os fundos foram atribuídos essencialmente a actividades de apoio relacionadas com o comércio (44%), com a integração económica e a cooperação intra-regional (39%) e, em menor grau, a questões institucionais (17%).

Entre os exemplos de projectos concluídos e em curso e de realizações concretas da cooperação CE-MERCOSUL, podemos referir os seguintes:

- Apoio à Secretaria do MERCOSUL, que permitiu a transição sem problemas desta Secretaria de uma unidade administrativa para um gabinete técnico. Os principais componentes deste projecto são os computadores, as instalações de teleconferências, os equipamentos de escritório e a formação.
- Apoio ao sistema de arbitragem e de resolução de litígios do MERCOSUL: este projecto destina-se a melhorar o funcionamento do sistema de resolução de litígios do MERCOSUL .

- Apoio à Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL (CPC): a CPC recebeu assistência técnica (cuja principal realização foi a elaboração do Acordo interinstitucional que estabelece que a CPC dará assessoria em relação a projectos de legislação do MERCOSUL). O projecto contribuiu para a melhoria da eficácia da CPC e para reforçar o seu papel na formação do Parlamento do MERCOSUL. O projecto de acompanhamento "Apoio à criação do Parlamento do MERCOSUL", que se encontra na sua fase inicial, destina-se a ajudar a identificar e a executar acções políticas e logísticas necessárias para a criação e o funcionamento do Parlamento.
- Estatísticas: este projecto destina-se a ajudar os países do MERCOSUL a desenvolverem indicadores económicos e sociais harmonizados, oportunos, comparáveis e fiáveis de apoio à integração regional. Também se encontra em fase de arranque um projecto sobre a harmonização dos indicadores macroeconómicos.
- Normas: os principais órgãos de normalização do MERCOSUL receberam o equipamento e a assistência técnica necessários de forma a lançar a discussão sobre acordos mútuos de reconhecimento na região.
- Harmonização aduaneira: pertinente sobretudo para o desenvolvimento comercial e económico da região e para as relações com a União Europeia, este projecto destina-se a consolidar a integração aduaneira do MERCOSUL (modernização e harmonização dos procedimentos aduaneiros, medidas anti-fraude e medidas para facilitar o desalfandegamento). Prevê também a formação de pessoal e a cooperação administrativa. A segunda fase do projecto está em curso.
- Normas veterinárias e fitossanitárias, primeira fase: trata-se de um projecto fundamental na nossa cooperação com o MERCOSUL dada a grande importância que tem para o comércio de mercadorias agrícolas. Este projecto concede assistência na aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias rigorosas, incluindo a rastreabilidade. Está em lançamento a segunda fase do projecto.
- Apoio à dimensão social do MERCOSUL mediante o reforço do Fórum Económico e Social do MERCOSUL .
- Biotecnologia: actualmente na sua fase de lançamento, este projecto destina-se a promover o desenvolvimento e a exploração das biotecnologias no MERCOSUL de forma a aumentar a competitividades dos seus produtos no mercados internacionais.

3.2. Avaliação independente

Uma avaliação independente da cooperação CE-MERCOSUL no período 1992-2002, realizada em 2004, deu algumas indicações para as prioridades futuras de cooperação e para a sua execução. As principais conclusões da avaliação são as seguintes:

Aspectos positivos: i) a assistência da CE reforçou e facilitou o comércio no MERCOSUL e com a UE; ii) a assistência da CE à integração económica favoreceu indirectamente as empresas do MERCOSUL ao proporcionar novas oportunidades empresariais, crescimento e desenvolvimento dos mercados; iii) os projectos que tiveram em conta as assimetrias do MERCOSUL (diferenças em termos de população e de PIB) alcançaram melhores resultados.

O relatório também sublinhou dois pontos com resultados importantes menos positivos: i) a ambição excessiva dos objectivos, os recursos limitados, bem como a rigidez da estrutura e dos procedimentos administrativos da CE impediram que fossem alcançados os objectivos esperados nalguns projectos; ii) a maioria dos projectos encontrou obstáculos em termos de atrasos administrativos e desacordos entre os membros do

MERCOSUL; por conseguinte, muitos dos elementos do projecto já estavam obsoletos no momento da sua execução.

Entre as principais recomendações do relatório devem ser salientadas as seguintes: i) prestar assistência ao MERCOSUL no desenvolvimento de um plano estratégico a médio/longo prazo, destinado a apoiar a sua integração; ii) apoiar a criação e a difusão de uma "cultura MERCOSUL" através de actividades destinadas a colmatar a distância entre as autoridades políticas do MERCOSUL e a sociedade civil; iii) promover uma maior responsabilização do MERCOSUL em matéria de definição de projectos e de planeamento, mediante a prestação de assistência técnica às estruturas do MERCOSUL, com o objectivo de melhorar a identificação, a programação e o planeamento de projectos; iv) promover a criação de uma estrutura centralizada no MERCOSUL que seja legalmente responsável pela cooperação técnica no intuito de resolver eficazmente todos os problemas relacionados com a assistência.

3.3. Avaliação da própria CE

A CE também retirou diversas **conclusões fundamentais** na sua perspectiva:

- A cooperação com o MERCOSUL ressentiu-se do baixo nível de apropriação e de falta de envolvimento político. Precisamos de melhorar o nosso diálogo com os parceiros e com as principais partes envolvidas nas fases de identificação e formulação.
- No atinente à fase de execução, os projectos com o MERCOSUL requerem uma longa fase de debate interno para identificação do beneficiário e do órgão de execução. O processo de selecção do beneficiário, bem como todos os procedimentos de lançamento, têm de ser melhorados. Por outro lado, o órgão de execução não é, em geral, uma instituição do MERCOSUL mas antes uma agência de um dos quatro Estados membros. Este facto tende a diminuir a dimensão MERCOSUL dos projectos.
- As restrições orçamentais dos Estados membros do MERCOSUL dificultam-lhes a concessão de fundos de contrapartida, o que constitui um obstáculo considerável à execução dos projectos.

3.4. Programas horizontais

A região do MERCOSUL beneficia de programas horizontais lançados em 1995 para toda a América Latina (excepto @LIS, que teve início em Dezembro de 2001). Os programas são os seguintes: @LIS, ALBAN, AL-INVEST, URB-AL ALURE e ALFA. Estes programas não são especificamente dedicados à região do MERCOSUL mas os países membros do MERCOSUL encontram-se entre os beneficiários mais activos. Esta contribuição para a criação e o reforço de redes, a organização de eventos comuns e o intercâmbio de informações de ordem prática entre os Estados membros do MERCOSUL e a Europa resultou em relações mais estreitas entre as duas regiões.

Porém, a futura cooperação CE-MERCOSUL deverá reforçar a complementaridade entre estes programas horizontais e as actividades destinadas a reforçar a integração regional. Já se observam algumas complementaridades interessantes, sobretudo entre o programa @LIS e as novas áreas de cooperação da biotecnologia e das tecnologias de informação e comunicação, entre os programas ALBAN e ALFA e a cooperação no âmbito da educação, bem como entre o programa AL-INVEST e os esforços para a integração da produção e do desenvolvimento entre cadeias regionais.

O novo programa EUROsociAL, destinado a promover o intercâmbio de experiências, conhecimentos técnicos e boas práticas no âmbito social entre a Europa e a América

Latina poderá igualmente ajudar o MERCOSUL a consolidar a dimensão social do processo de integração.

3.5. Rubricas orçamentais temáticas

A cooperação europeia com os países em desenvolvimento inclui a cooperação ao abrigo de rubricas orçamentais temáticas, tais como ajuda alimentar, apoio à democracia e aos direitos humanos, co-financiamento de projectos das ONG, ambiente, florestas tropicais e refugiados. Devido à natureza das rubricas orçamentais temáticas, a participação do MERCOSUL limita-se a dois projectos: um projecto co-financiado em curso com uma clara dimensão MERCOSUL e que se intitula "*MERCOSUL social e solidário*", com um orçamento superior a 4 milhões de euros. O seu objectivo é o reforço da integração da sociedade civil no MERCOSUL mediante apoio a uma rede regional de ONG. O segundo projecto em curso no âmbito da rubrica IEDDH é o projecto "Participação Democrática dos Jovens no MERCOSUL", que iniciou recentemente as suas actividades.

3.6. Banco Europeu de Investimento

Um outro âmbito fundamental em que a CE desempenha um papel significativo, embora indirecto, são os empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI) nos países do MERCOSUL. O BEI opera no MERCOSUL, tendo concedido empréstimos num total de quase mil milhões de euros nos últimos cinco anos, com 94 milhões de euros em 2005. No início de 2006, a CE apresentará propostas para os novos mandatos de empréstimos externos do BEI para 2007, incluindo operações nos países do MERCOSUL.

3.7. Informações sobre programas dos Estados-Membros da UE e de outros dadores

A coerência e a complementaridade entre as acções de cooperação regional da CE com o MERCOSUL e as actividades de cooperação de outros dadores é bastante limitada e esporádica. Nenhum outro dador tem uma estratégia destinada a estimular e a aprofundar a integração regional. Em geral, a ajuda pública ao desenvolvimento e os empréstimos concedidos têm características e objectivos bilaterais.

Com um montante de 48 milhões de euros, a Comunidade Europeia é de longe o maior dador do MERCOSUL. O Comité de Cooperação Técnica do MERCOSUL (CCT) coordena a cooperação internacional do MERCOSUL. Nos últimos anos, desenvolveu um número considerável de actividades com diversas organizações internacionais para além da CE, das quais se destacam, em termos de objectivos e de montantes concedidos, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Agência Alemã para a Cooperação Técnica (GTZ).

3.7.1. O Banco Interamericano de Desenvolvimento

A cooperação do Banco Interamericano de Desenvolvimento com o MERCOSUL (orçamento total: 4,05 milhões de dólares) consiste na ajuda a instituições do MERCOSUL, na ajuda aos institutos de estatísticas dos quatro países e na melhoria do enquadramento jurídico do comércio regional.

3.7.2. A cooperação alemã

A cooperação técnica alemã abrange o apoio a um projecto regional em matéria de ambiente e de indústria, designado "Competitividade e Ambiente". O seu objectivo é o reforço da coerência entre as políticas e os programas industriais e ambientais no âmbito do processo de integração. O objectivo geral é a promoção da cooperação das instituições públicas e privadas pertinentes na elaboração e aplicação de uma estratégia destinada a

aumentar a competitividade e a melhorar os resultados em termos ambientais, sobretudo nas PME, no intuito de contribuir para o desenvolvimento sustentável no MERCOSUL (mais informações sobre as actividades de outros dadores podem ser consultadas no Anexo 6.9).

3.8. Análise da articulação das políticas

3.8.1. Elemento central da nossa política em relação ao MERCOSUL: a negociação de um Acordo de Associação

Para além das acções de cooperação indicadas no capítulo anterior, a política prosseguida pela CE em relação ao MERCOSUL desde Abril de 2000 centrou-se essencialmente na negociação de um Acordo de Associação com três vertentes. A UE tem como objectivo um acordo aprofundado e bastante abrangente que ultrapasse uma mera zona de comércio livre de bens e serviços. O futuro Acordo de Associação compreenderá três áreas fundamentais:

- Um capítulo político relativo ao reforço do diálogo político mediante novos mecanismos institucionais.
- Um importante capítulo sobre cooperação, tendo em vista os seguintes objectivos: i) reforço da capacidade institucional para apoiar a consolidação da democracia; ii) promoção de um desenvolvimento sustentável (desenvolvimento social e económico e, simultaneamente, protecção do ambiente) bem como cooperação no domínio da liberdade, segurança e justiça; iii) criação de novas oportunidades em matéria de comércio e de investimentos, promovendo ao mesmo tempo a competitividade e a inovação.
- Um capítulo dedicado ao comércio, que inclui não apenas um ACL (Acordo de Comércio Livre) em matéria de bens e serviços mas também, entre outros, acesso aos mercados e regras em matéria de contratação pública, investimento, direitos de propriedade intelectual, políticas da concorrência, medidas sanitárias e fitossanitárias, obstáculos técnicos ao comércio, protecção das indicações geográficas, facilitação do comércio, instrumentos de defesa comercial, criação de um mecanismo de resolução de litígios, etc. De salientar que a Comissão lançou uma avaliação do impacto deste acordo comercial na sustentabilidade (SIA), que deverá estar concluída em 2007, com o objectivo de avaliar de que forma o Acordo de Associação pode influenciar as questões sociais, ambientais e de desenvolvimento na UE e no MERCOSUL.

Em termos gerais, registaram-se até à data grandes progressos na negociação dos capítulos político e de cooperação do Acordo, podendo considerar-se que os dois capítulos estão praticamente concluídos.

As negociações comerciais alcançaram um ponto culminante em Setembro de 2004 quando ambas as partes apresentaram propostas revistas em todos os domínios do futuro Acordo. Contudo, essas propostas não atingiram o elevado nível almejado para a associação UE-MERCOSUL. Desde então, prosseguem os contactos a todos os níveis, tendo-se realizado reuniões periódicas, das quais a mais importante foi a reunião ministerial realizada em Bruxelas em Setembro de 2005.

3.8.2. Outros objectivos estratégicos

Para além da conclusão de um Acordo de Associação entre as duas regiões, o Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação de 1995 também permitiu o diálogo político e a cooperação noutros âmbitos. Contudo, os atrasos nas negociações e,

sobretudo, a conseqüente redução observada nos recursos, provocaram uma diminuição dos esforços noutros sectores. Apesar disso, a CE realizou diversas acções destinadas a reforçar o processo de integração regional de vários quadrantes, tanto por razões estratégicas como para contribuir para o sucesso do futuro Acordo de Associação:

- No seguimento dos rápidos progressos nas negociações dos capítulos político e de cooperação do Acordo, a Comissão focalizou a sua atenção na dimensão política da relação e retomou o diálogo político com o MERCOSUL sobre uma série de temas.
- Política macroeconómica: a Comissão apoia a estabilidade macroeconómica na região mediante a participação no projecto REDIMA II, coordenado pela Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina e as Caraíbas. O projecto tem por objectivo reforçar o diálogo entre os responsáveis políticos que se ocupam dos sistemas de convergência macroeconómica na América Latina, incluindo no MERCOSUL.
- Ambiente: as prioridades da CE para o MERCOSUL em matéria de política ambiental são a promoção e a aplicação dos principais acordos multilaterais no domínio do ambiente, designadamente a Convenção das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas e o Protocolo de Quioto relacionado com a mesma, mediante prestação de assistência aos países do MERCOSUL nos seus esforços de atenuação e adaptação no âmbito da luta contra a perda da biodiversidade e do controlo da desflorestação. No quadro do Acordo de Associação UE-MERCOSUL previsto, uma das principais prioridades consistirá em incentivar o apoio mútuo do comércio e do ambiente na região, sobretudo minimizando os impactos negativos dos fluxos comerciais no ambiente e maximizando os positivos. Tal implica, designadamente, mais avaliações do impacto no desenvolvimento sustentável e um acompanhamento adequado no intuito de promover modelos de produção e de consumo mais sustentáveis, por exemplo mediante o incentivo ao comércio de tecnologias ambientais e de bens que respeitem o ambiente e a identificação das necessidades em matéria de assistência técnica e reforço de capacidades.
- Sociedade da informação: o desenvolvimento da sociedade da informação é um objectivo horizontal importante da CE, que terá um impacto positivo nas questões essenciais de desenvolvimento. As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), em especial, podem desempenhar um papel importante no incentivo à coesão social melhorando a administração pública, a educação e os serviços de saúde, reforçando a governação democrática e consolidando as instituições democráticas. A cooperação com o MERCOSUL nesta matéria deverá prosseguir, nomeadamente como parte das actividades no âmbito do programa @LIS e no âmbito da prioridade relativa às tecnologias da sociedade da informação do 7.º Programa-Quadro de Investigação.
- Cooperação científica: a cooperação científica europeia com os países do MERCOSUL assenta na participação destes países em propostas de investigação competitivas apresentadas em resposta a convites à apresentação de propostas em sucessivos programas-quadro de investigação (PQ5 – 1998-2002; PQ6 – 2002-2006). Todos os países participaram com êxito, tendo o Brasil e a Argentina a parte mais significativa, com mais de 100 participações em projectos que envolveram equipas da região. A maioria das actividades de cooperação "norte-sul" permite uma forte componente de cooperação "sul-sul". Por outro lado, com o novo 7.º Programa-Quadro de Investigação (2007-2013), estão a ser envidados esforços para reforçar a criação de redes intra-regionais C&T entre gabinetes de ligação, que incluem igualmente países associados ao MERCOSUL, como é o caso do Chile. Os

quatro temas mais importantes em todos os tipos de cooperação científica foram: ambiente, TIC, alimentação e biotecnologia e saúde.

3.8.3. *As lacunas do actual conjunto de políticas: a questão da visibilidade*

As diversas actividades bem sucedidas que foram desenvolvidas com o MERCOSUL para apoiar o reforço das instituições regionais ou o avanço da integração económica regional ainda não foram divulgadas fora do Uruguai e continuam a ser desconhecidas, pelo menos do público em geral. A nossa relação centrou-se nos últimos tempos na negociação de um Acordo de Associação que ultrapasse largamente um simples acordo de comércio livre. Porém, apesar dos constantes esforços, a imprensa local centrou as suas atenções sobretudo nos aspectos comerciais do Acordo. Os bons resultados alcançados na negociação dos capítulos político e de cooperação do futuro Acordo não foram contemplados pelos meios de comunicação social. Como consequência, a opinião pública do MERCOSUL vê a UE somente como uma entidade comercial. Mais significativo ainda é o facto de os benefícios das negociações e, por conseguinte, da nossa relação mútua, aparecerem como estando limitados a um aumento das exportações agrícolas. A percepção da União Europeia como entidade que apoia a integração regional do MERCOSUL parece ter-se perdido desde o início das negociações e a UE não é considerada um interveniente político importante a nível internacional.

4. A ESTRATÉGIA DE RESPOSTA DA COMISSÃO EUROPEIA PARA 2007-2013

As actividades de cooperação entre a União Europeia e o MERCOSUL baseiam-se no Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação, assinado em 15 de Dezembro de 1995 em Madrid, que entrou em vigor em Julho de 1999. A cooperação europeia destina-se a apoiar os objectivos do processo de integração do MERCOSUL. Na sequência deste compromisso, a UE é de longe o maior dador do MERCOSUL (mais de 97% da ajuda total para o período 2002-2006). Tal como foi reconhecido na Declaração do Conselho e da Comissão de Novembro de 2000 sobre a política de desenvolvimento da CE, a assistência à integração regional é uma área em que a CE pode oferecer uma perspectiva única a parceiros como o MERCOSUL. O nosso principal objectivo consiste assim em continuar a prestar assistência ao MERCOSUL para que esta organização possa progredir para um nível mais elevado de integração política e económica. Este tipo de cooperação a nível regional é compatível com a cooperação bilateral da CE com cada um dos membros do MERCOSUL, que diz sobretudo respeito a questões nacionais relacionadas com a coesão social, a educação, a investigação e o desenvolvimento, bem como a competitividade económica. O diálogo político é o factor primordial para o reforço da competitividade e da complementaridade de todo o processo.

4.1. Justificação da escolha dos sectores focais

Da análise das secções 2.2 e 3.8, pode-se deduzir que o MERCOSUL enfrenta três grandes grupos de desafios.

O primeiro grupo de desafios refere-se à estrutura institucional do MERCOSUL e à necessidade de melhorar o seu processo de tomada de decisões, bem como a sua capacidade de executar e aplicar a legislação comum.

O segundo grupo de desafios diz respeito ao comércio e a aspectos económicos: finalização da Tarifa Externa Comum, mercado comum e único, adopção de mecanismos comuns de defesa comercial e de concorrência, abolição dos sistemas existentes de promoção comercial, eliminação da dupla cobrança de direitos aduaneiros sobre as

importações, progressos no âmbito das regras e normas técnicas, política industrial, infra-estruturas físicas, etc.

O terceiro grupo de desafios diz respeito à sensibilização e à implicação das sociedades civis do MERCOSUL no projecto de integração regional.

Muitos dos âmbitos supramencionados foram identificados pelos Governos do MERCOSUL e parcialmente abordados no programa de trabalho para 2004-2006, enquanto outros puderam ser construtivamente integrados no programa de ajuda da Comunidade Europeia.

A aplicação futura do Acordo de Associação previsto — o primeiro entre duas regiões — será outro desafio importante. O futuro Acordo estabelecerá o quadro estratégico para a cooperação entre as duas regiões, pelo que é necessário integrá-lo plenamente na nossa estratégia de resposta. O elemento central da nossa política consistirá em facilitar a negociação, ratificação e aplicação do Acordo de Associação e reflectir-se-á nos três sectores prioritários.

A cooperação europeia durante o período 2007-2013 pretende abordar os desafios anteriormente mencionados mediante uma estratégia tripla:

- i) Sector prioritário 1: Apoio à institucionalização do MERCOSUL;
- ii) Sector prioritário 2: Apoio ao reforço do MERCOSUL e aplicação do futuro Acordo de Associação UE-MERCOSUL;
- iii) Sector prioritário 3: Reforço da participação da sociedade civil, conhecimento do processo de integração regional, compreensão e visibilidade mútuas.

4.2. Prioridade 1: Apoio à institucionalização do MERCOSUL

Um dos principais desafios identificados pela análise do processo de integração do MERCOSUL é o atraso da incorporação das normas MERCOSUL nas legislações nacionais: apenas 48% das normas do bloco estão em vigor (ver secção 2.2 supra). A execução e a aplicação das normas constitui um outro problema.

Estes problemas poderão ser parcialmente abordados mediante o reforço da estrutura institucional do MERCOSUL. O objectivo da cooperação europeia consiste em melhorar a eficácia e a eficiência das instituições do MERCOSUL, permitindo-lhes contribuir plenamente para o processo de tomada de decisões. Mais ainda, a experiência única da UE nos diferentes âmbitos de integração dará um valor acrescentado especial ao processo.

A cooperação europeia deverá investir em formas seleccionadas de apoio institucional, de acordo com os planos do MERCOSUL para o desenvolvimento institucional. O apoio visará projectos concretos de desenvolvimento institucional e não se limitará a financiar o funcionamento.

4.3. Prioridade 2: Apoio ao aprofundamento do MERCOSUL e à aplicação do futuro Acordo de Associação UE-MERCOSUL

4.3.1. Apoio ao aprofundamento do MERCOSUL

No contexto desta prioridade, pretende-se prestar assistência ao aprofundamento do MERCOSUL em todos os aspectos, sobretudo nos domínios comercial e económico, bem como no que se refere à realização de uma união aduaneira. Estes são os âmbitos em que o nível de integração do MERCOSUL é desigual, podendo mesmo afirmar-se que o seu nível de integração económica e comercial não alcançou a massa crítica necessária para

garantir a durabilidade (por exemplo, o seu mercado comum está incompleto e baseia-se sobretudo no comércio livre de bens, que só beneficia alguns países — ver 2.2.3 supra). Ainda estão por alcançar as vantagens decorrentes de um mercado regional, sob a forma de especialização e complementaridade da produção; ainda estão por colher os frutos de um mercado totalmente integrado. A partir da experiência da própria CE, sabemos que as reformas e os ajustamentos necessários à integração não serão fáceis mas que os resultados compensarão o esforço. A futura cooperação da CE deverá constituir um instrumento que contribua para os planos de integração do MERCOSUL, nomeadamente nos domínios económico e comercial.

4.3.2. *Aplicação do futuro Acordo de Associação UE-MERCOSUL*

Entre os resultados que se espera obter com o Acordo de Associação figura o incentivo à prossecução do processo de integração do MERCOSUL. O futuro Acordo — o primeiro entre duas regiões — estabelece que a cooperação europeia se destina a contribuir para os objectivos do Acordo e que uma das principais finalidades da cooperação bi-regional consistirá em facilitar a aplicação do mesmo. O bom funcionamento do Acordo estará na base desta prioridade e no centro de qualquer programa ou acção seleccionada para esta prioridade. A aplicação do futuro Acordo, sobretudo do capítulo dedicado ao comércio, constituirá um desafio de primeira ordem, devendo ser dada especial atenção à promoção da facilitação em matéria aduaneira e comercial, bem como à aceitação das normas internacionais tais como o quadro das normas da OMC para assegurar e facilitar o comércio global.

Tendo em vista garantir a plena coerência com os documentos de estratégia relativos à Argentina, ao Brasil, ao Uruguai e ao Paraguai, todos os aspectos relacionados com o comércio, bem como a assistência conexa (ou seja, toda a assistência comercial para a execução do futuro capítulo sobre comércio do Acordo de Associação UE-MERCOSUL e o aprofundamento dos aspectos comerciais do MERCOSUL, bem como o apoio à facilitação do comércio e outras necessidades em termos de assistência que possam vir a surgir neste âmbito) serão em primeiro lugar tratados a nível regional através da prioridade 2, tal como indicado supra. Deste modo, será dada especial atenção às características específicas de cada país. Esta abordagem será definida em cooperação com as instituições e os Estados do MERCOSUL no intuito de garantir que tanto os requisitos de integração do MERCOSUL como os requisitos nacionais específicos são tidos em conta em futuros planos de acção.

4.4. Prioridade 3: Reforço da participação da sociedade civil, conhecimento do processo de integração regional, compreensão e visibilidade mútuas

A sociedade civil e os cidadãos do MERCOSUL estão pouco sensibilizados para o projecto MERCOSUL, embora haja um aumento de interesse. Por outro lado, a sociedade do MERCOSUL vê a UE sobretudo como um parceiro comercial, que concede subsídios elevados aos seus produtos agrícolas, enquanto que se sabe muito pouco da UE como entidade política, da sua integração e dos seus programas. A integração regional no MERCOSUL pode beneficiar de um conhecimento cada vez maior do processo de integração regional da UE. Uma maior sensibilização dos futuros líderes de opinião graças à assistência da UE poderá levá-los a quererem copiar e imitar os êxitos da União Europeia.

Esta prioridade visará incentivar a integração regional para além das questões institucionais e comerciais e aumentar a sensibilização da sociedade civil para o processo de integração e para a participação no mesmo. O objectivo global desta prioridade é aumentar a legitimidade do processo de integração e conferir-lhe um novo impulso

graças à participação de novos intervenientes e decisores e investir no desenvolvimento a longo prazo da consciência de uma identidade MERCOSUL. Destina-se ainda a aumentar junto do público não especializado o conhecimento e a visibilidade da UE como um parceiro político e um exemplo de integração regional.

Esta prioridade pode traduzir-se numa série de projectos nos sectores da educação e do audiovisual (ver a lista de actividades na secção 5).

5. PROGRAMA INDICATIVO REGIONAL (PIR)

5.1. Instrumentos financeiros e fontes de financiamento

A execução das operações a título do programa indicativo regional para o Mercosul no âmbito do actual documento de estratégia regional, com uma dotação indicativa total de 50 milhões de euros, será financiada ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1905/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho que institui um instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento.

A decisão final sobre as contribuições (ou projectos) será tomada, e as respectivas dotações concedidas, em função dos resultados de estudos realizados previamente. O financiamento do PIR dependerá da disponibilidade de fundos no âmbito do orçamento anual da Comissão.

5.2. Condições que regem a execução e princípios que regem a revisão, a avaliação, o financiamento, o co-financiamento e a execução

O PIR (2007-2013) a seguir apresentado foi elaborado na sequência de consultas preliminares com os intervenientes não-estatais e com a sociedade civil, com base na análise estabelecida *supra* e em colaboração com as autoridades regionais e nacionais, as delegações da Comissão Europeia no Uruguai e nos outros países do Mercosul e as representações dos Estados-Membros da UE que possuem missões permanentes no país.

A implementação adequada da assistência durante o próximo período dependerá da realização de progressos claros por parte do Mercosul no que respeita ao processo de tomada de decisões, bem como em matéria de definição dos programas e de reforço institucional:

- a) A aplicação da estratégia (preparação das acções e acompanhamento da sua execução) será da responsabilidade de uma instituição única do Mercosul, que ainda não foi designada.
- b) No que se refere aos três sectores prioritários, os desembolsos serão efectuados com base nos progressos realizados no que respeita à consecução dos objectivos, assim como nos resultados específicos/mensuráveis definidos para cada programa.
- c) Definição do programa: O PIR proposto (2007-2013), nomeadamente a prioridade 2, baseia-se no programa e na capacidade de integração do Mercosul. Para o efeito, o Mercosul deverá estabelecer um novo programa de trabalho mais pormenorizado para a integração regional durante o período 2007-2010. O PIR 2 (2011-2013) deverá ter em consideração os futuros programas de trabalho do Mercosul.
- d) Será efectuada uma revisão intercalar do PIR pela mesma instituição do Mercosul supramencionada, cujos resultados poderão conduzir à introdução de eventuais alterações. Importa referir que serão utilizados critérios de desempenho na revisão intercalar, a fim de avaliar os progressos na execução do programa de cooperação.
- e) A fim de potenciar a "apropriação" dos projectos regionais, os fundos de contrapartida serão disponibilizados pela instituição do Mercosul mencionada na alínea a), a qual assumirá a responsabilidade pela execução dos programas. Cada uma das prioridades definidas no PIR será levada a efeito através de um programa constituído por um grupo de acções diversificado.

5.3. Sectores de concentração

Dos 50 milhões de euros destinados ao Mercosul pelo orçamento 2007-2013, 10 milhões de euros destinam-se a financiar dois projectos no âmbito do documento de estratégia regional 2002-2006 (educação e sociedade da informação) que não puderam ser concluídos a tempo no âmbito das últimas perspectivas financeiras.

Os restantes 40 milhões de euros serão distribuídos pelos três sectores-chave que foram identificados para beneficiar da assistência da CE: "Apoio institucional", "Apoio ao aprofundamento do Mercosul e à aplicação do futuro acordo de associação entre a UE e o Mercosul" e "Reforço da participação da sociedade civil, conhecimento do processo de integração regional, compreensão e visibilidade recíprocas".

Propõe-se concentrar a assistência na principal prioridade da nossa cooperação com o Mercosul, a qual, para além de constituir o principal fundamento da cooperação, representa também o maior valor acrescentado para a CE, nomeadamente o "Apoio ao aprofundamento do Mercosul e à aplicação do futuro acordo de associação UE-Mercosul". Esta prioridade poderá receber até 70% da assistência concedida no âmbito do PIR.

O segundo sector de concentração será o apoio ao reforço institucional do Mercosul. O terceiro sector a beneficiar de apoio consistirá na melhoria do conhecimento do processo de integração regional, nomeadamente dos seus benefícios, e na promoção da compreensão e da visibilidade recíprocas.

5.4. Questões transversais

Dada a prevista concentração do apoio num número limitado de sectores a fim de maximizar o impacto de assistência da CE, será prestada especial atenção a questões-chave transversais, nomeadamente o ambiente e a biodiversidade, que constituem elementos importantíssimos para o desenvolvimento da região e que já beneficiaram de cooperação científica susceptível de ser aumentada no âmbito do VII Programa-Quadro de Investigação (2007-2013). No âmbito da prioridade 2, serão promovidos o comércio e o crescimento económico e social ecologicamente sustentáveis. Os projectos deverão ser orientados pelas políticas comunitárias em matéria de economia, de emprego e de coesão social, como elementos interdependentes na luta contra as desigualdades. A promoção de condições laborais condignas e dos direitos laborais fundamentais é um factor crucial para assegurar um elevado nível de coesão social. Serão igualmente tidas em consideração as ligações a outros domínios pertinentes, nomeadamente a boa governação, os direitos do Homem, a participação da sociedade civil, a luta contra a pobreza e a integração das questões de género. Serão promovidas activamente as sinergias em domínios complementares como a política de cooperação científica e tecnológica internacional.

5.5. Prioridade 1: Apoio à institucionalização do Mercosul

Acções

- Concessão de apoio ao Parlamento do Mercosul
- Concessão de apoio ao Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul
- Apoio ao secretariado do Mercosul/FOCEM

Objectivos gerais (para a prioridade no seu conjunto)

Contribuir para a consolidação do processo de integração e o reforço institucional do Mercosul, mediante o aumento da eficiência e da eficácia das instituições do Mercosul, melhorando o seu funcionamento e aprofundando o seu papel, de modo a fazer avançar o processo de integração do Mercosul a todos os níveis.

Dotação financeira

Poderão ser consagrados a actividades de cooperação neste domínio 10% da dotação global para a estratégia regional.

5.5.1. Concessão de apoio ao Parlamento do Mercosul

Objectivo geral

- Aumentar a democraticidade do processo de tomada de decisão do Mercosul.
- Optimizar as relações políticas/parlamentares entre as duas regiões.

Objectivos específicos

- Reforçar o papel do Parlamento do Mercosul no sistema institucional regional.
- Melhorar o desempenho do Mercosul em matéria de transposição de protocolos e da legislação.
- Reforçar a ligação entre o processo de tomada de decisões e os cidadãos do Mercosul, assegurando a legitimidade democrática e participação pública no Mercosul.
- Assegurar a transferência de *know-how* em matéria de gestão e administração interna do Parlamento, desempenho político/parlamentar dos grupos políticos e aplicação do mecanismo e da estratégia de comunicação institucionais e interinstitucionais. Preparar a realização de eleições directas, que constituirão a segunda fase no desenvolvimento do Parlamento.

Resultados esperados

- Estabelecimento de uma sede permanente para o Parlamento do Mercosul.
- Estabelecimento de um Parlamento com partidos políticos organizados, com competências definidas e um plano de trabalho claro.
- Melhoria do acesso dos cidadãos às instituições do Mercosul.
- Criação e operacionalização das comissões interparlamentares.
- Melhoria da transparência e da responsabilização das instituições do Mercosul no âmbito do processo de integração.
- Melhoria da coordenação entre os parlamentos nacionais e o Parlamento do Mercosul.

Exemplo de actividades

Estão previstas duas áreas de acção principais:

1. Actividades políticas e institucionais

- Avaliação dos aspectos operacionais dos grupos parlamentares e das comissões técnicas.
- Consolidação das ligações institucionais com a sociedade civil, os parlamentos nacionais e as outras instituições do Mercosul.
- Desenvolvimento de um programa de trabalho e de uma estratégia de comunicação.

2. Actividades de gestão e operacionais

- Formação do pessoal técnico e desenvolvimento das diferentes áreas operacionais.
- Desenvolvimento de mecanismos internos de controlo e de avaliação.

Exemplos de indicadores de resultados

- Melhoria do acesso dos cidadãos às instituições regionais em geral e ao Parlamento do Mercosul em particular.
- Realização de reuniões periódicas entre os parlamentos nacionais e o Parlamento do Mercosul.
- Aumento das competências atribuídas ao Parlamento.
- Número de organismos do Parlamento do Mercosul.
- Resultados positivos dos grupos de trabalho parlamentares.
- Aumento da sensibilização para os aspectos democráticos do processo de integração regional.
- Criação de instâncias de diálogo com a sociedade civil.
- Resultados positivos das reuniões interparlamentares UE-Mercosul.

5.5.2. Concessão de apoio ao Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul: consolidação da segurança jurídica na área do Mercosul

Objectivo geral

Reforçar e consolidar os aspectos legais e a segurança jurídica do Mercosul, o que constitui uma etapa essencial para o processo de integração regional.

Objectivos específicos

Reforçar a capacidade operacional do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, criado pelo Protocolo de Olivos, a fim de melhorar o seu funcionamento e assegurar a aplicação uniforme e generalizada da legislação do Mercosul.

Resultados esperados

- Conclusão de um acordo definitivo quanto à estrutura e às competências do Tribunal Permanente de Revisão.
- Dotação do Tribunal com a infra-estrutura jurídica e os recursos humanos necessários.
- Operacionalização dos serviços jurídicos em estreita ligação com as instituições do Mercosul e os Supremos Tribunais nacionais.
- Melhoria da qualidade e divulgação junto da opinião pública da legislação do Mercosul; recurso mais frequente à estrutura institucional de resolução dos litígios.

Exemplos de actividades

- Formação dos funcionários públicos e dos árbitros do Tribunal
- Transmissão da experiência adquirida pela CE em matéria de aplicação do direito comunitário.
- Apoio às funções e actividades do Centro Mercosul de Promoção de Estado de Direito

Exemplos de indicadores de resultados

- Internalização do Protocolo de Olivos no que respeita às competências do Tribunal.
- Elaboração de estudos e de publicações sobre questões legislativas.
- Divulgação da jurisprudência.
- Aumento do recurso ao Tribunal para a resolução de litígios entre os países membros.
- Maior recurso ao Tribunal por parte dos cidadãos.
- Realização de reuniões periódicas entre juízes e advogados de todos os países membros a fim de debater questões regionais.
- Aumento das actividades de investigação dos centros de investigação nacionais em matéria de questões jurídicas regionais.

5.5.3. Apoio ao Secretariado do Mercosul

Objectivo geral

Desenvolver o processo de integração do Mercosul e promover a coesão regional mediante o reforço do papel do Secretariado do Mercosul, assim como da sua capacidade institucional e da sua estrutura organizacional.

Objectivo específico

- Reforçar as capacidades administrativas e de gestão do Secretariado de modo a transformá-lo num órgão executivo eficaz, capaz de desempenhar novas funções e responsabilidades, nomeadamente o Fundo de Convergência do Mercosul (FOCEM).

Resultados esperados

- Reforço da capacidade institucional do Secretariado do Mercosul, atribuição de funções e de responsabilidades específicas.

- Melhoria da comunicação e da coordenação com as outras instituições do Mercosul e com os organismos nacionais.
- Desenvolvimento das capacidades administrativas e organizacionais necessárias ao funcionamento do Fundo de Convergência Regional do Mercosul.
- Definição e aplicação de uma Estratégia de Convergência Regional com objectivos pertinentes e uma regulamentação clara em matéria de utilização dos fundos estruturais.

Exemplos de actividades

- Prestação de assistência técnica e de formação tendo em vista o reforço das capacidades institucionais do Secretariado do Mercosul.
- Prestação de assistência técnica tendo em vista a transferência das melhores práticas no que respeita à definição dos objectivos, à estrutura e à organização do FOCEM.
- Formação de funcionários e desenvolvimento das qualificações em matéria de gestão dos recursos financeiros, nomeadamente selecção, controlo e avaliação dos projectos.
- Criação de mecanismos de controlo interno.

Exemplos de indicadores de resultados

- Número de funcionários que receberam formação em matéria de gestão administrativa.
- Número de iniciativas propostas pelo Secretariado e apoiadas por outras instituições.
- Número de normas e de regulamentos em vigor e que são aplicados correctamente.
- Definição de uma estratégia clara com objectivos pertinentes e específicos e com uma visão bem definida e a longo prazo para os Fundos Estruturais.
- Sensibilização da opinião pública para os fundos e participação de organizações da sociedade civil.
- Número de projectos regionais em curso ou previstos.
- Divulgação dos resultados e novos convites à apresentação de propostas.
- Reuniões de coordenação entre o Secretariado e os países membros.

5.6. Prioridade 2: Apoio ao aprofundamento do Mercosul e à aplicação do futuro acordo de associação UE-Mercosul

Acções

1. Promoção da integração do mercado e da produção do Mercosul, nomeadamente mediante a supressão dos obstáculos não pautais
2. Segurança alimentar/higiene alimentar
3. Protecção do ambiente.

Exemplos de actividades

Relativamente a cada uma das acções, o Mercosul deverá acordar um objectivo regional global, a aplicar a nível nacional mediante uma estratégia e um plano de acção. Os planos de acção serão definidos de forma a reflectirem e a terem em conta a situação nacional e as assimetrias existentes no Mercosul. Na medida do possível, os planos de acção devem contribuir para a aplicação das normas que já foram adoptadas pelo Mercosul mas que ainda não foram aplicadas na íntegra (ver também "Aplicação da legislação" infra).

Dotação financeira

Poderão ser consagrados a actividades de cooperação neste domínio até 70% da dotação global para a estratégia regional.

5.6.1. *Promoção da integração do mercado e da produção do Mercosul, nomeadamente através da eliminação dos obstáculos não pautais*

Objectivos gerais

Promover a aceleração e a conclusão do programa de trabalho do Mercosul em matéria de integração. Prestar apoio tendo em vista a correcta aplicação do futuro acordo de associação UE-Mercosul.

Objectivos específicos

Desenvolver um plano de acção com o objectivo de aprofundar a integração no âmbito do Mercosul, concluir o mercado comum mediante a eliminação dos obstáculos não pautais às trocas comerciais e promover a integração da produção do Mercosul num máximo de três sectores. O plano de acção deve contribuir para a aplicação das normas em vigor no Mercosul, bem como para a eliminação dos obstáculos à aplicação do futuro acordo UE-Mercosul.

Resultados esperados

- Maior integração do mercado.
- Identificação e eliminação dos obstáculos não pautais.
- Implementação dos aspectos ou sectores pertinentes dos protocolos relativos ao mercado comum do Mercosul, nomeadamente em matéria de serviços, contratos públicos, investimentos, etc.
- Promoção da interacção entre as diferentes comunidades empresariais do Mercosul nos principais sectores económicos: organização de seminários, *workshops*, encontros de investidores, formação.
- Desenvolvimento a nível do Mercosul de parcerias com os principais decisores políticos no domínio da economia: estudos, recomendações sobre políticas, etc.
- Melhoria do acesso ao mercado do Mercosul e às informações sobre a regulamentação (serviço de apoio aos exportadores do Mercosul, sítio *web* etc.).

Exemplos de actividades

A definir durante a fase de identificação.

Exemplos de indicadores de resultados

- Aumento das trocas comerciais intra-regionais de bens e serviços. Aumento da competitividade, emergência de líderes do mercado no Mercosul, maior capacidade para fazer face à concorrência global, maior variedade e melhor relação qualidade-preço para os consumidores, aumento dos investimentos na região.
- Número e percentagem de obstáculos não pautais eliminados.

- Número de actividades de interacção organizadas para a comunidade empresarial do Mercosul.
- Número de parcerias formadas entre os principais responsáveis pela política económica.

5.6.2. Segurança alimentar, higiene alimentar, criação de uma zona fitossanitária do Mercosul

Objectivos gerais

Criar um sistema de segurança dos alimentos e de higiene alimentar. Criar uma zona fitossanitária no Mercosul.

Objectivos específicos

Apoiar a criação de uma zona fitossanitária única no Mercosul, prestando especial atenção à agricultura familiar e à agricultura biológica.

O plano de acção deverá ter igualmente em vista eliminar os obstáculos à aplicação do futuro acordo UE-Mercosul neste domínio e abranger diversos aspectos: controlo fitossanitário, controlo da higiene por instituições qualificadas, registo dos produtos, controlo e certificação dos produtos exportados e importados, etc.

Resultados esperados

- Aplicação da legislação em vigor no Mercosul neste domínio.
- Criação dos principais elementos e políticas comuns em matéria de higiene alimentar no Mercosul.
- Reforço das instituições competentes de modo a alcançar os objectivos fixados no plano de acção.
- Reforço e harmonização dos sistemas de controlo e de alerta do Mercosul.
- Introdução, revisão, harmonização e actualização da legislação do Mercosul, de modo a ter em consideração as normas internacionais.
- Melhoria dos sistemas de controlo da higiene alimentar no Mercosul, de modo a proporcionar maiores garantias aos consumidores.

Exemplos de actividades

A definir durante a fase de identificação.

Exemplos de indicadores de resultados

- Número de elementos da legislação do Mercosul aplicados neste domínio.
- Número de políticas comuns definidas em sectores-chave.

- Número e exactidão dos controlos de higiene alimentar levados a cabo na região, por sectores.

5.6.3. Protecção do ambiente

Objectivos gerais

Promover o desenvolvimento sustentável da região mediante a melhoria da protecção do ambiente e a exploração sustentável dos recursos naturais. Incentivar a cooperação regional e o intercâmbio das melhores práticas no domínio ambiental, assegurando a integração das questões ambientais nas outras políticas do Mercosul (nomeadamente em matéria de trocas comerciais, transportes, energia, indústria, agricultura, silvicultura, etc.).

Objectivos específicos

- Apoiar a elaboração de um perfil/estado do ambiente regional abrangendo as bacias do Rio de la Plata e do Amazonas.
- Apoiar programas e acções tendo em vista a aplicação do Acordo-Quadro sobre o Ambiente no Mercosul.
- Apoiar a aplicação da componente latino-americana da Iniciativa Água da UE no Mercosul, incluindo o apoio à gestão transfronteiriça integrada dos recursos hídricos.
- Promover a sensibilização para o problema das alterações climáticas, incluindo a integração destas questões nas outras actividades do Mercosul, prestando apoio às actividades de atenuação e de adaptação às alterações climáticas.
- Apoiar a aplicação das disposições em matéria de ambiente do futuro Acordo de Associação UE-Mercosul.
- Promover o intercâmbio de experiências sobre formas de avaliar e atenuar o impacto ambiental das diferentes políticas, incluindo o desenvolvimento de metodologias para realizar avaliações de impacto ambiental e a cooperação nas regiões fronteiriças.

Resultados esperados

- Maior sustentabilidade do desenvolvimento na região do Mercosul, mediante uma maior conciliação das actividades económicas e das trocas comerciais crescentes com um elevado nível de protecção do ambiente, incluindo a exploração sustentável dos recursos naturais.
- Aprofundamento e alargamento do processo de integração, incluindo o reforço da cooperação em questões ambientais na região, assim como uma melhor coordenação das acções no âmbito das instâncias internacionais.

Exemplos de actividades

- Organização de *workshops*, seminários e outras actividades destinadas a prestar assistência e conhecimentos especializados: reforço do sistema de informação ambiental do Mercosul (SIAM); promoção dos esforços envidados a fim de harmonizar a legislação e as normas ambientais na região; facilitação do desenvolvimento de acções comuns em matéria de protecção dos ecossistemas

comuns e de gestão conjunta dos recursos naturais; promoção da cooperação sub-regional no que se refere à aplicação de acordos ambientais multilaterais.

- Apoio e promoção do diálogo político sub-regional em matéria de ambiente e de exploração sustentável dos recursos naturais.
- Facilitação da aplicação da Iniciativa Água da UE na sub-região, nomeadamente através do intercâmbio de experiências e de melhores práticas entre regiões ou países, realização de estudos de viabilidade para desenvolver a cooperação regional, reforço institucional e desenvolvimento de planos de gestão no âmbito da Iniciativa Água da UE.
- Desenvolvimento das capacidades para fazer face às alterações climáticas, nomeadamente através da criação de uma instalação ou rede regional com o objectivo de atenuar o impacto económico das alterações climáticas nos diferentes sectores.
- Concepção e aplicação de medidas destinadas a minimizar impactos ambientais negativos e a potenciar os impactos positivos resultantes do aumento da actividade económica e das trocas comerciais; realização de um estudo para avaliar estes impactos na região do Mercosul.

Exemplos de indicadores de resultados

- Integração efectiva das considerações ambientais nas outras políticas e programas (nomeadamente número de avaliações ambientais estratégicas e de estudos de impacto ambiental realizados)
- Número de reuniões, conferências e outros eventos tendo por objecto a cooperação no domínio do ambiente e a gestão dos recursos naturais, assim como a integração das questões ambientais noutros sectores
- Número de estudos de viabilidade no domínio do ambiente e da exploração dos recursos naturais, assim como a integração das questões ambientais noutros sectores
- Número de diplomas legislativos e de normas harmonizadas a nível da sub-região; preços da água e taxas de utilização para tratamento de águas residuais; percentagem da população com acesso a água potável e a instalações de tratamento de águas residuais
- Áreas protegidas sob gestão conjunta, em percentagem da área total do Mercosul e por tipo de ecossistema.

5.7. Prioridade 3: Reforço da participação da sociedade civil, conhecimento do processo de integração regional, compreensão e visibilidade recíprocas

Acções

1. Criação de dez centros de estudo UE-Mercosul e prestação de apoio à execução do Plano Operativo para o Sector Educativo do Mercosul - 2006 -2010
2. Reforço dos sectores do cinema e do audiovisual do Mercosul tendo em vista a promoção da identidade regional.

3. Organização de *workshops*, seminários e outras actividades destinadas a prestar assistência e conhecimentos especializados no que respeita à integração regional, à experiência da UE e às possibilidades de transferência dessa experiência.

Dotação financeira

Poderão ser consagrados a actividades de cooperação neste domínio cerca de 20% da dotação global para a estratégia regional.

5.7.1 Criação de dez centros de estudo UE-Mercosul e prestação de apoio à aplicação do Plano Operativo para o Sector Educativo do Mercosul – 2006-2010

Objectivos gerais

- Aumentar o conhecimento e a sensibilização para o processo de integração regional, mediante a criação de centros de excelência e o apoio ao aprofundamento da cooperação intra-Mercosul em matéria de educação.

Objectivos específicos

- Apoiar a criação de dez centros de estudo UE-Mercosul nas principais universidades do Mercosul.
- Prestar apoio à aplicação do Plano Operativo para o Sector Educativo do Mercosul.
- Nota: as intervenções que beneficiem de apoio no domínio da educação deverão ser levadas a cabo tendo em conta os programas Erasmus Mundus e Jean Monnet.

Exemplos de actividades

- Criação da disciplina "Relações entre a União Europeia e o Mercosul".
- Criação de um mestrado em estudos sobre a UE e o Mercosul, bem como concessão de bolsas de estudo para estudantes do ensino superior e de pós-graduação, bem como de subvenções à investigação.
- Organização de seminários, conferências e *workshops* em domínios relacionados com a integração.
- Organização de centros de documentação União Europeia/Mercosul.
- Consolidação das capacidades locais em matéria de cooperação interinstitucional regional e de gestão da mobilidade, a fim de aumentar a mobilidade intra-regional dos estudantes e dos professores universitários mediante a criação de disciplinas, programas e projectos adequados.

Exemplos de indicadores de resultados

- Entrada em funcionamento de dez centros de estudos UE-Mercosul junto de universidades do Mercosul: número de actividades levadas a efeito relacionadas com esses centros.
- Número de artigos de investigação publicados sobre os processos de integração da UE e do Mercosul.
- Número de licenciados que desenvolveram os seus conhecimentos sobre a UE e o Mercosul graças aos centros de estudo.
- Aumento do número de diplomas e de cursos reconhecidos no Mercosul.
- Aumento dos fluxos de mobilidade intra-Mercosul em termos de estudantes, professores e investigadores.
- Desenvolvimento dos contactos entre estabelecimentos de ensino superior.

5.7.2 Reforço dos sectores do cinema e do audiovisual do Mercosul a fim de promover a integração regional

Objectivos gerais

- Aumentar o conhecimento e a sensibilização em relação à identidade regional e ao processo de integração, mediante o apoio aos sectores do cinema e do audiovisual.

Objectivos específicos

- Apoiar o desenvolvimento, a distribuição, a acessibilidade e a promoção das obras de audiovisual do Mercosul.

Resultados esperados

- Criar no Mercosul um programa em matéria de *media* inspirado no programa MEDIA da UE que proporcione incentivos à cooperação entre os agentes do sector, tendo em vista o desenvolvimento de obras conjuntas e a sua distribuição e promoção em todo o Mercosul.

Exemplos de actividades

- Reforço e/ou criação de centros regionais de produção audiovisual.
- Realização de estudos, recolha de dados, definição de normas e políticas comuns no âmbito do Mercosul para o sector audiovisual através da Reunião Especializada de Cinema e Audiovisual do Mercosul (RECAM) e do Observatório Audiovisual do Mercosul.
- Realização de acções de formação para profissionais do sector audiovisual.
- Apoio ao desenvolvimento e à produção de projectos que contribuam para divulgar os valores e os objectivos do Mercosul.

Exemplos de indicadores de resultados

- Entrada em vigor do Programa Media do Mercosul.

- Percentagem da população-alvo com acesso aos programas audiovisuais.
- Número de centros regionais para a produção audiovisual criados, em funcionamento e produzindo produtos audiovisuais.
- Penetração no mercado e parte de mercado da produção interna no Mercosul.

5.7.3 Organização de workshops, seminários e outras actividades destinadas a prestar assistência e conhecimentos especializados em matéria de integração regional, de experiência da UE e de transferência dessa experiência

Objectivos gerais

Transferir conhecimentos especializados adquiridos pela UE em certos domínios relacionados com a concretização do mercado único do Mercosul ou com a aplicação do futuro Acordo de Associação UE-Mercosul.

Objectivos específicos

Organizar *workshops*, seminários, eventos e outras actividades relacionadas com a implementação das prioridades 1, 2 ou 3, com quaisquer outras questões relativas à conclusão do mercado único do Mercosul ou com a aplicação do futuro Acordo de Associação UE-Mercosul.

Resultados esperados

- Formulação e aplicação de recomendações para a conclusão do mercado único do Mercosul.
- Formulação de recomendações para a aplicação do futuro acordo da associação UE-Mercosul.
- Melhoria dos conhecimentos específicos e das qualificações dos participantes nos *workshops*, seminários e outros eventos. Maior sensibilização para as realidades e experiências da UE e do Mercosul.

Exemplos de actividades

As instituições da União Europeia e do Mercosul definirão conjuntamente a lista das actividades a levar a efeito.

Exemplos de indicadores de resultados

- Organizar *workshops*, seminários, eventos e outras actividades relacionadas com a implementação das prioridades 1, 2 ou 3, com quaisquer outras questões relativas à conclusão do mercado único do Mercosul ou com a aplicação do futuro Acordo de Associação UE-Mercosul.
- Número de participantes nos eventos a nível político e/ou técnico.

5.8. Programa de trabalho indicativo

Os quadros a seguir apresentados fornecem uma descrição geral indicativa do calendário para a execução do programa de trabalho. Importa referir que a dotação definitiva para o PIR-2 e a repartição anual serão determinadas tendo em conta o futuro Acordo de Associação, assim como os resultados obtidos na aplicação do PIR-1, como previsto nos relatórios de controlo e de avaliação e na revisão intercalar da Estratégia.

SCENARIO FOR INDICATIVE PROGRAMMING 2007-2010 (RIP-1)

Sector/contribution	Amount(%)	2007	2008	2009	2010
Remainder from the 2002-2006 RSP - Education	€3m				
Identification/formulation					
Financing decision (FD)					
Financing agreement (FA)					
Implementation					
Sector/contribution	Amount(%)	2007	2008	2009	2010
Remainder from the 2002-2006 RSP – Information society	€7m				
Identification/formulation					
Financing decision (FD)					
Financing agreement (FA)					
Implementation					

Sector/contribution	Amount(%)	2007	2008	2009	2010
Priority 1 - Support for the Mercosur Secretariat	€1m				
Identification/formulation					
Financing decision (FD)					
Financing agreement (FA)					
Implementation					
Priority 1 - Support for the Mercosur Permanent Review Tribunal	€1m				
Identification/formulation					
Financing decision (FD)					
Financing agreement (FA)					
Implementation					
Priority 2 - Support for the deepening of Mercosur and implementation of the future EU-Mercosur Association Agreement (phase 1)	€12m				
Identification/formulation					
Financing decision (FD)					
Financing agreement (FA)					
Implementation					
Priority 3 - Strengthening of Mercosur's cinematographic and audiovisual sector	€2m				
Identification/formulation					
Financing decision (FD)					
Financing agreement (FA)					
Implementation					

Priority 3 - EU-Mercosur study centres, enhanced intra-Mercosur education cooperation¹²	€7m				
	Identification/formulation				
	Financing decision (FD)				
	Financing agreement (FA)				
	Implementation				

SCENARIO FOR INDICATIVE PROGRAMMING (2010)-2011-2013 (RIP-2)

Sector/contribution	Amount (%)	2010	2011	2012	2013
Priority 1 - Support for the Mercosur Parliament	€2m				
	Identification/formulation				
	Financing decision (FD)				
	Financing agreement (FA)				
	Implementation				
Priority 2 - Support for the deepening of Mercosur and implementation of the future EU-Mercosur Association Agreement (phase 2)	€15m				
	Identification/formulation				
	Financing decision (FD)				
	Financing agreement (FA)				
	Implementation				

¹² Including financing of workshops, seminars and other activities aimed at providing expertise and assistance for all issues relating to regional integration, the EU experience and the transfer of this expertise.

6. ANNEXES

6.1. Mercosur at a glance

Population Data

Indicator	Year	Argentina	Uruguay	Brazil	Paraguay	Total
Land area (sq km)		2 791 810	176 220	8 456 510	406 752	11 831 292
Population (million)	1975	26	2.8	108.1	2.7	140
	2002	38	3.4	174.5	5.5	221
	2005	38.7	3.5	186.4	6.2	235
	2015	43.4	3.7	202	7.7	478
Density (Population per sq km)	2005	14	20	22	15	20

Economic Summary

Indicator	Year	Argentina	Uruguay	Brazil	Paraguay	Total
GDP						
Billion US\$	2002	102.0	12.1	452.4	5.5	572
	2004	152.2	13.2	604.6	6.7	777
	2005	183.3	16.8	794.1	8.2	1002
Billion US\$ (PPP WB)	2003	445.2	28	1375.7	26.4	
	2004	510.3	32.4	1507.1	29.0	
Real GDP growth	2000	-0.8	-1.9	3.9	-3.3	
	2001	-4.4	-3.6	1.3	2	
	2002	-10.8	-12.7	1.5	-1.6	
	2003	8.7	3	0.6	3.8	
	2004	9.0	12	4.9	4.0	
	2005	9.2	6.5	2.3	2.7	
Per capita US\$	2004	3 988	3 842	3 284	1 220	
	2005	4 736	4 800	4 260	1 323	4 269
Per capita (PPP WB)	2003	12 106	8 280	7 790	4 684	

	2004	13 298	9 421	8 195	4 813	
Inflation (% CPI)	2003	3.7	10.2	9.3	9.3	
	2004	4.4	9.2	6.6	4.3	
	2005	9.6	4.7	6.9	6.8	
Exports (US\$ million)	2004	34 550	3 025	81 466	2 096	121 137
	2005	38 824	43 291	118 308	2 163	202 586
Imports (US\$ million)	2004	22 445	2 990	62 809	2 395	90 639
	2005	29 915	3 498	75 965	2 472	111 850
Fiscal deficit/surplus (% GDP)	2003	2.3	-3.1	-0.3	0.6	
	2004	2.6	-3.5	...	0.2	
	2005	1.4	-2.3	...	-1.1	

Source: The World Bank Group, Country at a Glance & Country data profile.

Selected Social Indicators

Indicator	Year	Argentina	Uruguay	Brazil	Paraguay
Adult literacy rate, over-15s (%)	1990	95.7	96.5	82.0	90.3
	2002	97.0	97.7	86.4	91.6
	2003	97.2	97.7	88.4	91.6
	2005	97	...	89	-
Primary school enrolment (%)	1990/1991	94	92	86	93
	2001/2002	108	90	97	92
	2002/2003	...	90	97	89
	2004	99	...	93	...
Secondary school enrolment (%)	2002/2003	81	73	75	51
	2004	79	...	76	...
Life expectancy at birth (years)	1970-1975	67.1	68.7	59.5	65.9
	2000-2005	74.2	75.3	68.1	70.9
	2003	74.5	75.4	70.5	71
	2004	74.6	75.6	70.8	71.2
Underweight children <5 (%)	2002	5	5	6	5
	1995/2003	5	5	6	5

	2004	5	5	6	5
<5 mortality rate (per 1000 live births)	2002	19	15	37	30
	2003	20	14	35	29
	2004	18	17	34	24
Maternal mortality rate (per 1000 live births)	2000	82	27	260	170
Infants <1 fully immunised (%)	2002	97	92	93	77
	2003	97	95	99	91
	2004	95	95	99	89
Births supervised by trained personnel (%)	2002	98	99	88	71
	1995/2003	99	100	88	71
	1996/2004	99	100	97	77
Households with access to safe water (%)	1990	94	...	83	63
	2000	...	98	87	78
	2002	...	98	89	83
	2004	96	100	90	86
Human Development Index	1975	0.784	0.759	0.644	0.667
	1990	0.810	0.803	0.714	0.719
	2002	0.853	0.833	0.775	0.751
	2003	0.863	0.840	0.792	0.755
	2004	0.863	0.851	0.792	0.757
Gini Index	2000/2002	52.2	44.6	59.3	57.8
	2003	52.8	44.9	58	...

Source: "Human Development Report", UNDP, 2006

6.2. Trade structure

Mercosur exports and imports

(in million US dollars)

	2003	2004	2005
Intra-bloc exports	12 630	17 192	20 978
Extra-bloc exports	93 466	118 390	142 530
Total Mercosur exports	106 097	135 581	163 508
Intra-bloc imports	12 966	17 448	21 164
Extra-bloc imports	53 176	73 530	88 180
Total Mercosur imports	66 143	90 978	109 343
Balance Extra-bloc	40 290	44 860	54 350

Source: Centro de Economía Internacional of Argentina (Indec, SECEX, Secretaría Administrativa del Mercosur and Banco Central del Uruguay).

Mercosur extra-bloc exports

(in % of total extra-bloc exports)

	1995-1998	1999-2002	2003-2005
ALADI (except Mercosur and Mexico)	11%	11%	11%
Mexico	2%	3%	4%
United States	19%	24%	20%
European Union	32%	29%	25%
Japan	6%	4%	3%
Others	31%	30%	37%
Total	100%	100%	100%

Source: Centro de Economía Internacional of Argentina (Indec, SECEX, Secretaría Administrativa del Mercosur and Banco Central del Uruguay).

Intra-bloc exports in total exports

(in %)

Countries	1985-1990	1991-1994	1995-1998	1999-2002	2003-2005
Argentina	12.3	23.6	34.5	28.0	18.9
Brazil	4.5	11.8	15.8	11.0	9.1
Paraguay	37.6	41.5	55.9	54.4	55.1
Uruguay	30.3	39.7	51.0	41.0	25.9
Mercosur	7.6	16.0	23.4	17.4	12.5

Source: Economic Commission for Latin America and the Caribbean and Centro de Economía Internacional of Argentina (Indec, SECEX, Secretaría Administrativa del Mercosur and Banco Central del Uruguay).

Intra-bloc imports in total imports

(in %)

Countries	1985-1990	1991-1994	1995-1998	1999-2002	2003-2005
Argentina	19.2	24.2	24.6	28.0	37.3
Brazil	8.3	12.2	15.2	13.0	10.3
Paraguay	39.0	36.8	48.5	52.7	53.5
Uruguay	39.8	45.3	44.0	44.2	44.1
Mercosur	12.8	18.7	20.1	18.9	19.4

Source: Economic Commission for Latin America and the Caribbean and Centro de Economía Internacional of Argentina (Indec, SECEX, Secretaría Administrativa del Mercosur and Banco Central del Uruguay).

Evolution of EU trade with Mercosur (€m)

Year	EU imports	Share of total EU imports (%)	EU exports	Share of total EU exports (%)	Balance
2001	28 712	2.92	28 384	3.18	-329
2002	27 894	2.96	21 652	2.40	-6 243
2003	27 890	2.97	17 303	1.97	-10 586
2004	30 466	2.95	20 654	2.14	-9 812
2005	34 349	2.91	23 469	2.21	-10 880

Source: Eurostat

Mercosur's main trading partners (2005, millions of euros)

Rk	Partner	Imports	Exports	Trade	% of total trade
	World	74,512	114,867	189,379	100.0
1	EU	20,312	26,235	46,547	24.6
2	USA	15,351	22,571	37,923	20.0
3	China	6,690	8,422	15,112	8.0
4	Chile	2,146	6,523	8,669	4.6
5	Japan	3,608	3,074	6,682	3.5
6	Mexico	1,398	4,429	5,827	3.1
7	South Korea	2,401	1,817	4,218	2.2
8	Russia	950	2,910	3,860	2.0
9	Nigeria	2,582	870	3,453	1.8
10	Algeria	2,510	598	3,108	1.6
11	COUNTRIES and TERRIT. NOT DET	624	2,455	3,079	1.6
12	Canada	1,053	1,937	2,990	1.6
13	India	1,281	1,404	2,686	1.4
14	Venezuela	441	2,231	2,672	1.4
15	N.det.Intra	682	1,777	2,459	1.3
16	Saudi Arabia	1,192	1,184	2,376	1.3
17	Switzerland	1,436	499	1,934	1.0
18	South Africa	385	1,474	1,860	1.0
19	Bolivia	1,020	777	1,797	0.9
20	Peru	464	1,293	1,758	0.9

6.3. Social developments

Basic indicators, Millennium Goals					
	USD 1 per day	USD 2 per day	Children weighing less than average for their age (< age 5)	Population without access to an improved water supply	1-year-old-children immunised against measles
Argentina	7.0%	23%	5%	4%	95%
Uruguay	2%	5.7%	5%	0%	95%
Brazil	7.5%	21.2%	6%	10%	99%
Paraguay	16.4%	33.2%	5%	14%	89%

Source: "Human Development Report", UNDP, 2006

Basic indicators, Millennium Goals							
	Deliveries attended by specialised personnel, from 1995-2003	Net rate of enrolment in primary education		Children who survive to age 5		Net primary enrolment	
		2002-2003	2004	2001-2002	2004	Female rate	Female rate compared to male rate
Argentina	99%	...	99%	92%	98%	98%	0.99
Uruguay	100%	90%	...	93%	98%
Brazil	97%	97%	93%	/	97%
Paraguay	77%	89%	...	70%	98%

Source: "Human Development Report", UNDP, 2006

6.4. Mercosur's institutional structure and decision-making process

Mercosur was founded in 1991 by the Treaty of Asunción, a short treaty that defines its objectives, principles and instruments and lays down its institutional structure. In 1994, the Ouro Preto Protocol completed the institutional architecture, giving Mercosur its present shape (with some subsequent developments, which will be described below).

Mercosur has three decision-making bodies: the Common Market Council (*Consejo del Mercado Común*, CMC), the Common Market Group (*Grupo Mercado Común*, GMC), both set up under the Treaty of Asunción, and the Mercosur Trade Commission (*Comisión de Comercio de Mercosur*, CCM), established by the Ouro Preto Protocol. On top of these three decision-making bodies — although never officially established — are the "Periodical Presidential Summits", which provide strategic direction to the integration process.

The Common Market Council is both the highest-level and legislative body of Mercosur, with authority to conduct its policy as regards the integration process. It is also responsible for achieving the objectives set out in the Treaty of Asunción and the final creation of a common market. Its "Decisions" have a general scope and legal force; although most of them need to be incorporated into the legislation of the member countries (see below). It is composed of the Ministers for Foreign Affairs and the Ministers of the Economy (or their equivalents) of the Mercosur countries. The Common Market Council has a bi-annual rotating presidency and meets in ordinary session every six months.

The Common Market Group is the executive body of Mercosur. Its basic duties are to ensure compliance with the Treaty of Asunción as well as its Protocols and other agreements approved under the treaty. It can also negotiate agreements — with the participation of all member country representatives and at the express instruction of the Common Market Council — on behalf of Mercosur with non-member states, country groups, or international agencies. The Common Market Group issues its own

Resolutions, which are binding on all Member States, but its main function is to finalise at political level the Decisions prepared at technical level for adoption by the Common Market Council.

The Common Market Group comprises four titular members and four deputies for each member state, in general senior officials from the Ministries of Foreign Affairs.

The Mercosur Trade Commission implements the instruments of common trade policy agreed by the member states and manages the customs union. Additionally, it follows up issues related to common trade policies, intra-Mercosur trade and trade with other countries. The Commission gives its opinion through Directives and Proposals to the Common Market Group. It consists of four titular members and four deputies from each member country, from either the foreign affairs or the trade ministries.

The day-to-day activities and negotiations within Mercosur are carried out by technical subgroups (*subgrupos de trabajo* – SGTs) of the Common Market Group or the Mercosur Trade Commission, and are composed of technical staff from the relevant ministries. The subgroups draft proposals for submission to the higher instances.

Furthermore, the Common Market Council and the Common Market Group have established over the years a number of ministerial and technical sectoral groups (*reuniones especializadas*) with the task of setting up and implementing common sectoral policies. These groups virtually cover the entire spectrum of public policies, but their effectiveness varies widely and is difficult to assess.

It is important to note that all decisions in Mercosur are taken by unanimity and no other voting system is envisaged at the moment.

The Treaty of Asunción also set up the Mercosur Secretariat. Born as an administrative secretariat to the Common Market Group, with a mainly clerical function, it has been gaining importance over the years, being the only Mercosur body comprising independent officials not appointed by national governments. The Secretariat was upgraded in 2002 (Decision 30/02), and became a technical advisory body to the Mercosur institutions, staffed by 4 independent experts (2 lawyers and 2 economists).

The Ouro Preto Protocol also created two advisory bodies: the Social and Economic Advisory Forum (*Foro Consultivo Económico y Social*, FCES) and the Joint Parliamentary Committee (*Comisión Parlamentaria Conjunta*, CPC).

The FCES includes representatives of business and trade unions and other civil society representatives (cooperatives, consumers, NGOs). The Forum is consultative by nature; it expresses its opinion to the Common Market Group through recommendations.

The CPC consists of appointed members of national parliaments. Its functions have been evolving over time, and it is currently in the process of drafting the Protocol establishing the Mercosur Parliament.

The actual effectiveness of these two consultative bodies has been limited. In the case of the FCES, its role today seems to be more of an ex-post communication vehicle rather than the one of an active agent in the creation of the regional agenda. As for the CPC, despite its links with the national Parliaments, it has not been able to facilitate the incorporation of rules into national legislations, a task which hopefully will be passed on to the future Mercosur Parliament.

Finally, the youngest of the Mercosur institutions is the Commission of Permanent Representatives (*Comisión de Representantes Permanentes*, CPRM), a political

representation body created in 2003 (Decision 11/03) and composed of the four members' ambassadors to ALADI¹³ and Mercosur. It was chaired up to very recently by former Argentine President Duhalde. Its functions are to take political initiatives and provide assistance to the CMC. It may in time evolve into a body that provides political direction — although at present it still seems to be searching for its role in the institutional architecture.

¹³ Asociación Latinoamericana de Integración.

Mercosur Institutions

Consejo del Mercado Común

Reuniones de Ministros

Foro de consulta y concertación política

Reunión especializada de la mujer; autoridades de aplicación en materia de drogas prevención de uso indebido y rehabilitación de drogodependientes

Grupo Mercado Común

SGT 1
Comunicaciones

SGT 2
Aspectos
institucionales

SGT 3
Reglamento
técnicos y
evaluación de la
conformidad

SGT 4
Asuntos
financieros

SGT 5
Transportes

SGT 6
Medio
Ambiente

SGT 7
Industria

SGT 8
Agricultura

SGT 9
Energía

SGT 10
Asuntos laborales, empleo
y seguridad social

SGT 11
Salud

SGT 12
Inversiones

SGT 13
Comercio
electrónico

SGT 14
Seguimiento de la
coyuntura
económica y
comercial

SGT 15
Minería

Grupo de
servicios

Comisión
sociolaboral

Reuniones especializadas: ciencia y tecno ;
turismo ; comunicación social ; promoción
comercial ; infraestructura de la integración

Comités :
Cooperación
técnica ;
automotriz

Grupos ad hoc : azucar ; relacionamiento externo ;
compras gubernamentales ; concesiones ; integración
fronteriza ; comercio de cigarrillos

Comisión de Comercio del MERCOSUR

CT 1
Aranceles, nomenclatura
y clasificación de
mercaderías

CT 2
Asuntos
aduaneros

CT 3
Normas
disciplinas

CT 4
Políticas públicas
que distorsionan
la competitividad

CT 5
Defensa de la
competencia

CT 6
Defensa del
consumidor

Comité de defensa
comercial y
salvaguardias

Comisión Parlamentaria Coniunta

Foro Consultivo Económico - Social

Secretaría del MERCOSUR

Administración

Documentación y divulgación

Normativa

Informática

6.5. Mercosur Work Programme for 2004-2006

PROGRAMA PARA LA CONSOLIDACION DE LA UNION ADUANERA Y PARA EL LANZAMIENTO DEL MERCADO COMUN

“OBJETIVO 2006”

PROGRAMA POLÍTICO

Participación de la sociedad civil

Valorizar la actuación del Foro Consultivo Económico y Social (Foro del MERCOSUR, creado por el Protocolo de Ouro Preto que reúne representantes de entidades empresariales, sindicales y de consumidores) en el proceso de discusión de las principales iniciativas a ser tomadas por Brasil y promover eventos de divulgación y discusión orientados hacia organizaciones académicas y no gubernamentales. Dicha valorización deberá ser objeto de propuestas elaboradas por el propio Foro Consultivo, que serán presentadas en la Cumbre de diciembre de este año.

Parlamento MERCOSUR

Construir, con estrecha colaboración de la Comisión Conjunta del MERCOSUR en el Congreso Nacional, la cual es la Sección Nacional de la Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR (CPC), un programa que comience por el fortalecimiento de la CPC, por medio de un mejor acompañamiento de las negociaciones y una mayor interacción con los órganos decisorios del MERCOSUR. El objetivo último debería ser la creación de un Parlamento del MERCOSUR electo por el voto directo. El Parlamento podría ser instalado antes del fines del 2006.

Visibilidad Cultural

Realización de eventos de amplio alcance en los medios, inclusive en el área deportiva, que promuevan la idea del MERCOSUR en los Estados Partes y permitan un mayor conocimiento mutuo de sus sociedades. La Reunión de Ministros de Cultura deberá presentar una propuesta inicial antes de la Cumbre de diciembre de este año.

Instituto Social

Desarrollar una estructura de articulación de los centros de investigación social de los cuatro Estados Partes a efectos de conducir la reflexión sobre los temas sociales en los Estados Partes, el intercambio de experiencias nacionales y el desarrollo de indicadores sociales armonizados que puedan servir de base para el establecimiento de metas para la política social de los países del MERCOSUR.

MERCOSUR ciudadano

Proseguir y profundizar los acuerdos en las áreas de migración, trámites legales, cooperación judicial y otras que pongan al alcance del ciudadano que circule por el MERCOSUR, o tenga intereses en otro país del MERCOSUR, facilidades derivadas de la participación de su país en el proceso de integración.

PROGRAMA DE LA UNION ADUANERA

Tratamiento de las Asimetrías de desarrollo

Propiciar el tratamiento de las asimetrías entre los Estados Partes, para que puedan alcanzar niveles compatibles con la profundización de la integración.

Arancel Externo Común

Completar en el 2006 la eliminación de las perforaciones del Arancel Externo Común. En los casos en que haya acuerdo para mantener por algún tiempo más algunas excepciones, serán definidos formas y plazos para terminarlas y avanzar antes de fines de 2004 en la simplificación y armonización de procedimientos aduaneros intrazona. Importa, en particular, definir antes de finales de 2006 las medidas para la eliminación del doble cobro del AEC.

Regímenes especiales comunes

Negociar antes del 2006 los regímenes comunes especiales de importación (regímenes que permiten importar sin pagar el AEC). Definir, también los regímenes de aplicación nacional que puedan ser aceptados bajo determinadas condiciones después de la finalización del plazo del 31/12/2005, fijado para la eliminación de los regímenes nacionales de aplicación unilateral.

Zonas Francas

Establecer las condiciones de tratamiento para los productos producidos en las zonas francas que cumplan con los requisitos de comprobación de origen.

Negociaciones externas comunes

Garantizar la negociación conjunta de los acuerdos comerciales con terceros países, en el ALCA y en la OMC.

Defensa Comercial Común, inclusive salvaguardias para el comercio extrazona

Adoptar antes de fines de 2004 regímenes comunes de defensa comercial, para que entren en vigencia antes de 2006. En el caso de las salvaguardias extrazona, ya existe un régimen aprobado pero aún no se encuentra vigente.

Definición de los instrumentos aplicables para la eliminación gradual de la aplicación de medidas antidumping y derechos compensatorios en el comercio intrazona.

Negociar hasta fines de 2004 un instrumento en este sentido para que entre en vigor, en las formas de implementación negociadas, antes de 2006.

Política común de defensa de la competencia

Desarrollar gestiones para la ratificación por parte de Argentina y Uruguay del Protocolo de 1996 (que Brasil y Paraguay ya han ratificado) y negociar un instrumento sobre fusiones y adquisiciones antes de fines de 2004, para que entre en vigor en 2006.

Integración productiva

Foros de competitividad

Garantizar el éxito del Foro de Madera y Muebles, que debería producir resultados mensurables de aumento de las exportaciones extrazona antes de fines de 2004. Iniciar en el 2004 otros foros de competitividad a partir de trabajos de diagnóstico a realizar en el segundo semestre de 2003.

Instrumentos de financiamiento

Discutir la implementación de instrumentos de financiamiento a fin de apoyar los proyectos que resulten de los foros de competitividad.

Capacitación y reconocimiento mutuo de sistemas de evaluación de la conformidad

Desarrollar cooperación intrazona, prestada por Brasil, para la capacitación en las áreas de evaluación de la conformidad de productos y reglamentos técnicos y avanzar en el reconocimiento mutuo de los sistemas de evaluación de la conformidad que evitan la duplicación de análisis y procedimientos de certificación.

Disciplinas sobre incentivos

Negociar, antes de fines de 2004, para que entren en vigencia antes del 2006, disciplinas sobre incentivos (subsidios). Las disciplinas tendrían en cuenta las propuestas brasileñas en la OMC, en el sentido de ampliar la libertad de actuación de los países en desarrollo para la aplicación de políticas industriales, pero buscarían límites o compensaciones para las medidas que distorsionan el funcionamiento de la unión aduanera. Las disciplinas se aplicarían a todos los niveles de gobiernos.

Coordinación Macroeconómica

Realizar esfuerzos puntuales antes de fines de 2004 en el área de armonización de indicadores macroeconómicos, establecimiento y seguimiento de metas.

Fortalecimiento institucional

Implementar antes de fines de 2004 las modificaciones introducidas por el Protocolo de Olivos sobre Solución de Controversias y la creación del sector de asesoría técnica de la Secretaría del MERCOSUR. Avanzar en formas de asegurar una rápida vigencia de las normas aprobadas. Implementar, antes de fines de 2006, nuevos perfeccionamientos institucionales, que preparen a la agrupación para el funcionamiento de la Unión Aduanera completa.

PROGRAMA DE BASES PARA EL MERCADO COMÚN

Liberalización de servicios

Ratificar el Protocolo sobre el Comercio de Servicios del MERCOSUR, de 1997, antes de fines de 2003 (en Brasil, fue aprobado en la Cámara y luego encaminado al Senado para su examen a principios de junio). Concluir en el 2003 la IV Ronda de Negociaciones y, antes del 2006, establecer por medio de rondas multisectoriales compromisos de liberalización del comercio de servicios intrazona, teniendo en cuenta las peculiaridades y necesidades de los socios menores. Procurar el desarrollo de un cuadro normativo común para algunos sectores de servicios, a ser definidos antes de julio de 2004.

Mercado regional de capitales

Producir antes de julio de 2004 un relevamiento de las acciones conducentes al desarrollo de un mercado de capitales regional. Con base en ese relevamiento, seleccionar antes de fines de 2004 las medidas que deberán ser adoptadas antes de 2006.

Promoción de Inversiones Regionales

Desarrollar instrumentos de promoción de inversiones regionales dentro de la lógica de la integración de las cadenas productivas.

Bases para la moneda común

Avanzar en las discusiones sobre los prerequisites para el establecimiento de una moneda común.

Compras Gubernamentales

Concluir antes de fines de 2003 el Acuerdo de Compras Gubernamentales del MERCOSUR, teniendo en cuenta las peculiaridades y necesidades de los dos socios menores.

Circulación de mano de obra y promoción de los derechos de los trabajadores

Ratificación del Acuerdo sobre Residencia de Nacionales del MERCOSUR antes de fines de 2004. Aprobación de la Visa MERCOSUR antes del fin del 2003 (agilización de la concesión de visas para profesionales calificados y eliminación de restricciones cuantitativas a la contratación de extranjeros de los países del MERCOSUR). Divulgación de los trabajos de la Comisión Socio-Laboral. Presentación antes de fines de 2004 de un conjunto de iniciativas y normas a ser negociadas para la promoción de los derechos de los trabajadores del MERCOSUR.

PROGRAMA DE NUEVA INTEGRACIÓN

Educación para el MERCOSUR

Avanzar en las negociaciones para el reconocimiento mutuo de diplomas que permitan la circulación de profesionales e iniciar una agenda de programas de cooperación para mejorar los niveles de educación en el MERCOSUR, considerando que es un factor fundamental para la competitividad sistémica y la atracción de las inversiones en el futuro escenario económico internacional.

Programas de Cooperación de Ciencia y Tecnología

Reforzar el papel de la Reunión Especializada de Ciencia y Tecnología con vistas a la integración de los proyectos de desarrollo científico y tecnológico nacionales. Identificar mecanismos para promover la participación de los individuos o centros capacitados de los demás Estados Partes en los programas e instituciones brasileñas.

Integración productiva avanzada

Promover, entre otras iniciativas, alianzas estratégicas entre empresas, asistencia y capacitación técnica intrabloque, fortalecimiento de políticas industriales, políticas de innovación tecnológica, así como mayor participación de las entidades empresariales en dicho esfuerzo.

Integración Física

Desarrollar proyectos específicos de integración física de interés de la región del MERCOSUR.

6.6. Mercosur policy agenda (other areas)

a) Environment

Environmental themes have been present on the agenda of Mercosur since its foundation, as the Asunción Treaty mentioned environmental protection in its preamble. Early in its history, the members began to coordinate positions at the big environmental conferences: in the Canela declaration of 1992, for example, they coordinated positions ahead of the Rio Conference. In 1995, a specific working group on the environment (SGT6) was created. The group produces legislative proposals on a wide range of themes and publishes a work programme every year. One of the results is the Framework Agreement on the Environment, adopted in 2001, in which Mercosur confirms its commitment to the principles of the Rio Declaration of 1992 and commits to cooperating on environment protection and on actions to maintain the sustainable use of natural resources.

All Mercosur countries have ratified the Kyoto Protocol (the last was Brazil in August 2002). Uruguay is also active in selling emission rights to EU countries, notably Spain.

The Foz de Iguazú Act in October 2004 regarding the Guaraní Aquifer resulted in a key declaration in which water was declared a fundamental human right and an inalienable social right.

b) Physical integration

Mercosur policy makers recognise that regional trade, investments, and the free circulation of people are still obstructed by inadequate infrastructure. The issue has a wider scope than the Southern Cone sub-region and has indeed been tackled at South American level under the South American Regional Infrastructure Integration (IIRSA) initiative, launched in 2000 by the South American¹⁴ presidents. IIRSA develops regional projects in transport, energy and telecommunication infrastructure, funded by governments, regional financial institutions and private institutions.

¹⁴ All South American countries are members.

In the Work Programme for 2004-2006, Mercosur recognises the need for improving its infrastructure in order to enhance the bloc's competitiveness and to improve its integration within the international economy. In view of this aim, it suggests:

- giving priority within IIRSA to those projects of interest to Mercosur;
- creating a special fund for infrastructure and stimulating better integration among the member countries;
- drawing up an investment programme for infrastructure.

c) Education

In 2001, the Education Ministers of Mercosur's four member states redefined the mission statement of the Mercosur Education Sector (SEM) as follows: "to contribute to Mercosur's objectives by setting up a common education framework to help stimulate ... integration, internal mobility and exchanges, with the objective of quality education for all, with special regard for the most vulnerable sectors of society, in a development process marked by social justice and respect for the region's cultural diversity".

A Regional Strategic Plan was established, defining objectives and action strategies for basic, technical and higher education throughout Mercosur for the 2001-2005 period, in line with two defining principles:

- free circulation of knowledge, encompassing the production, dissemination, and use of education-related materials,
- free circulation of educators, with the aim of fostering the exchange of cultural and educational experience.

The SEM's Regional Coordination Committee (CCR) is currently working on the preparation of the 2006-2010 Regional Strategic Plan and the evaluation for the 2001-2005 period (both should be completed by June 2006).

d) Social and labour policy

The Asunción Treaty did not include provisions for a common labour or social policy, but in the Montevideo Declaration of 1991, Labour Ministers decided to take the labour aspects of the integration process into account and established a labour working group (now known as SGT10). Meetings of Labour Ministers are also held.

The Social Forum (FCES), established by the Ouro Preto Protocol, aims at promoting a common agenda on social and labour themes.

At the urging of the FCES, the Meeting of Social Development Ministers has adopted a Plan for Social Mercosur 2005-2007, including various activities aimed at coordinating social policies and the fight against poverty and exclusion in the region.

In a recent effort to put social and labour issues at the centre of the Mercosur agenda, the declaration of June 2005 established a high-level group for the study of an employment strategy and instructed it to draft a Social and Labour Protocol for Mercosur. It also called for more cooperation between the FCES and the GMC. The issue is to be monitored.

e) Research and development

Mercosur members cooperate in R&D matters via the RECyT, the Specialised Meeting for Science and Technology, established in 1992 (decision 24/92) to provide a basis for a common policy. The RECyT also represents Mercosur in international cooperation programmes (e.g. the EU's Biotech and SPS programmes). It comprises technical staff from public institutions in the member countries and has a coordination team and two commissions (support for science and technology development and the information society). Its 2004-2005 work programme ranges from courses on the information society to support for entrepreneurship.

f) Audiovisual sector

The Cinema and Audiovisual Specialised Meeting (RECAM – *Reunión Especializada de autoridades cinematográficas y audiovisuales del Mercosur y Estados Asociados*) was created in December 2003 by a resolution of the GMC, with the objective of establishing an institutional instrument to advance the integration of the audiovisual and cinematographic industries in the bloc. RECAM is managed by a Technical Secretariat in Montevideo. The institutions represented on RECAM are: INCAA of Argentina, ANCINE and the Audiovisual Secretariat of the Brazilian Ministry of Culture, the Vice-Ministry of Culture in Paraguay, and INA in Uruguay. RECAM has its own budget and has set up an Audiovisual Observatory (OMA) to collect information on this industry in Mercosur.

g) Justice and internal affairs

Mercosur and its associated members cooperate actively in security matters. Among the numerous agreements and cooperation frameworks, one worth singling out is the Three Frontiers Security Agreement (1998), aimed at strengthening the cooperation among the security forces of the Mercosur countries, Bolivia and Chile. This agreement has since been reinforced by a number of decisions, resolutions and agreements on preventive measures against arms production and trafficking, illegal drug trafficking, and smuggling. To this end, an information and coordination system has been established among the police forces and security forces of the Mercosur countries and the associated countries Chile and Bolivia.

CMC decision 05/03 implements, among other things, several agreements complementing the Regional General Security Plan to combat the theft of goods in transit, piracy and cigar smuggling.

Finally, there have been other advances such as the approval (CMC Decision 15/04) of a memorandum of understanding on the illegal production of and traffic in firearms, munitions, explosives and other related materials among Mercosur countries.

6.7. EU/EC cooperation objectives and instruments

6.7.1. *The EU Treaty objectives for external co-operation*

In accordance with Article 177 of the Treaty establishing the European Community, Community policy in the sphere of development co-operation shall foster:

- the sustainable economic and social development of the developing countries, and more particularly the most disadvantaged among them;
- the smooth and gradual integration of the developing countries into the world economy;
- the campaign against poverty in the developing countries.

Furthermore, the Community's development policy should contribute to the general objective of developing and consolidating democracy and the rule of law, and encouraging respect for human rights and fundamental freedoms. Thus, development cooperation is a multidimensional process that covers broad-based equitable growth, capacity- and institution- building, private sector development, social services, environment, good governance and human rights.

The Treaty also requires the Community and the Member States to co-ordinate their policies on development co-operation and to consult each other on their aid programmes, including in international organisations and during international conferences. Efforts must be made to ensure that Community development policies are taken into account in the formulation and implementation of other policies affecting the developing countries.

6.7.2. *The objectives set out in the applicable Regulation/Agreement governing the co-operation and region-specific co-operation objectives*

Co-operation between the EC and Mercosur is currently covered by the Regulation¹⁵ (EC) No 1905/2006 of the European Parliament and of the Council establishing a financing instrument for development cooperation (DCI) and by EC communications on co-operation between the EU and Latin America. The DCI Regulation is designed to support *inter alia* development cooperation, economic, financial, scientific and technical co-operation and all other forms of co-operation with partner countries and regions, and international measures to promote the objectives of the EU's internal policies abroad.

The Commission's communication on the prospects for strengthening the partnership between the European Union and Latin America 1996-2000 (COM (95) 495) stressed three priority areas for co-operation: institutional support and consolidation of the democratic processes; fight against poverty and social exclusion; support for economic reforms and improved competitiveness. Cross-cutting issues such as support for regional co-operation and integration, education and training and management of North-South interdependencies (environment, energy, drugs) should be taken into account when implementing these priorities.

¹⁵ Legal basis Art. 179 EC Treaty.

The Rio Summit of 1999 (between Heads of State of the EU, Latin America and the Caribbean region) emphasised the importance of Human Rights, information society and reduction of social imbalances. This gave rise to horizontal projects such as @LIS (Information Society) and ALβAN (training of Latin American students in European universities). The Madrid Summit in 2002 issued a very comprehensive political declaration (“the Madrid Commitment”) in which the Heads of State and Government of EU-LAC expressed their support for their common political values (multilateralism, rule of law, human rights, political dialogue, fight against terrorism, illicit drugs, corruption, organised crime, racism, concern about local conflicts); common economic issues (trade and investment, in particular the EU-Mercosur association agreement; Doha work programme, global governance; information society) and other shared topics (cultural diversity, horizontal co-operation programmes, migration, HIV/Aids and access to medicines, preparedness for natural disasters). The Joint Declaration of the 2004 Guadalajara Summit reaffirmed the commitment to multilateralism, highlighted the importance of strengthening social cohesion and of tightening the bi-regional relationship through new Association Agreements. At the May 2006 Vienna Summit the 60 participating countries reaffirmed their shared values and their common interests and their willingness to act as part of a multilateral framework. They also confirmed their commitment to strengthening social cohesion and promoting regional integration.

6.7.3. *European Community’s Development Policy*

In their statement of 10 November 2000 on the European Community's Development Policy, the Council of the European Union and the European Commission determined a limited number of areas selected on the basis of their contribution to reducing poverty and for which Community action provides added value. These areas were: linking trade and development; support for regional integration and co-operation; support for macro-economic policies; transport; food security and sustainable rural development; institutional capacity building, particularly in the area of good governance and the rule of law. The Statement also specifies that, in line with the macro-economic framework, the Community must also continue its support in the social sectors (health and education), in particular with a view to ensuring equitable access to social services.

In November 2005, the Council, the Representatives of the Governments of the Member States meeting within the Council, the European Parliament and the Commission adopted a new joint statement re-defining the development policy of the European Union. The statement provides a common framework of objectives, values and principles that the Union – all 25 Member States and the Commission - supports and promotes as a global player and as a global partner. It reflects the changed circumstances since the 2000 joint statement by the Council and the Commission which are characterised by a stronger consensus on the Millennium Development Goals, the international security context and the increased impact of globalisation. It sets development as a key element of the EU’s external action along with the common foreign and security policy and trade policy and it highlights the need for links with these and other related policy areas, such as migration, environment and employment. In putting poverty eradication at its core, the new EU Development Policy stresses the importance of good governance, human rights, democracy, environment and sustainable management of resources, economic growth and trade development, food security, social cohesion and combating inequalities. It recognises that the EU’s relations with each external partner are unique and require an individual ‘policy mix’ of aid, trade and other policies tailored to the needs of each partnership.

6.7.4. *Cooperation at Mercosur level*

Cooperation activities between the European Union and Mercosur are enshrined in the Interregional Framework Cooperation Agreement signed on 15 December 1995 in Madrid, which entered into force in July 1999. This Agreement is aimed at strengthening the existing relations between the European Union and Mercosur and preparing the conditions for establishing an Interregional Association. The Agreement consists of three main elements: political dialogue, cooperation and trade issues. European cooperation is aimed at supporting the objectives of the Mercosur integration process. Possible forms of cooperation include: (i) systems for the exchange of information, including support for the establishment of computer networks, (ii) institutional training and support, (iii) planning and implementation of joint projects, and (iv) technical assistance.

On 26 July 2001, the EU and Mercosur signed a Memorandum of Understanding (MOU) in Luxembourg. The total amount of the European contribution for cooperation with Mercosur in 2002-2006 was €48 million. The sectors covered by the MOU were: 1) strengthening of Mercosur institutions, 2) making Mercosur's economic and trade structures more dynamic, and 3) support for civil society in Mercosur.

In September 2002, the Regional Strategy Paper was approved (RSP). This document will be in force until 2006, and covers the priorities approved in the 2001 MOU. It expressly links cooperation and the support for the negotiation process, and points out that the strengthening of the Mercosur Common Market is a prerequisite for the conclusion of the negotiations and the sustainability of the association between the two regions.

The RSP 2002-06 (and its operational implementation, the Regional Indicative Programme) established three priority cooperation areas with Mercosur, with a total budget of €48 million:

- Support for the Mercosur Common Market
- Support for Mercosur institutionalisation
- Support for civil society in Mercosur.

In July 1998, the Commission suggested that the Member States should approve a negotiating mandate for a Bi-regional Association Agreement between the EU and Mercosur. At the Rio Summit in 1999, both regions declared their commitment to building a strategic bi-regional association. The agreement would be based on three pillars: political dialogue, cooperation and trade. Negotiations started in April 2000 in Brussels. The political and cooperation chapters are almost complete, but several outstanding issues still need to be resolved in relation to the trade chapter. The trade chapter has a wide-ranging scope, including: liberalisation and facilitation of trade in goods (tariff dismantling, plus common disciplines for customs, technical regulations, safeguard mechanisms), intellectual property rights, services, investment, government procurement, trade facilitation, and sustainable development. As part of the Agreement, the two regions are also negotiating provisions regarding wines and spirits and on sanitary and phytosanitary measures.

6.8. Overview of 2002-2006 cooperation

Pre-identification phase	ME	Identification	ME	Formulation	ME	Decision	ME	Implementation	ME	Closure	ME
Support for the institutionalisation of Mercosur											
Support for the physical regional integration of Mercosur	2.84							Phase II of the customs cooperation project	5.30	Support for the dispute settlement system (Tribunal of Asunción)	0.31
								Phase II of statistical harmonisation in Mercosur	2.00	Harmonisation of technical norms	4.00
								Support for the establishment of the Mercosur Parliament	0.9	Support for the Mercosur Secretariat	0.9
Support for completion of the internal market											
						Macroeconomic harmonisation of Mercosur	7.10	Biotechnology	6.00		
								Phase II of SPS	6.00		
Support for civil society											
				Information Society	7.00	Education, culture	3.00	Socio-labour dimension of Mercosur	0.98		
Sub-total	2.84		0		7.0		10.1		21.18		5.21
Total: 48.00											

6.9. Donor table

SECTORS	EC	IDB	Germany (GTZ)	France	Japan JICA	Korea	Italy	OEA	Canada (IDRC)
Institutionalisation of Mercosur									
Mercosur Institutions	<ul style="list-style-type: none"> * Mercosur Secretary Phases I* and II (€900 000) (finished) * CPC - Joint Parliamentary Commission I (€0.9 million) *Support for establishing the Mercosur Parliament (€0.9 million) 	<ul style="list-style-type: none"> * Mercosur Secretary (US\$500 000) * CRPM – Permanent Representatives Committee (US\$75 000) 					Training of senior executives (under negotiation)		
Legal Framework	Dispute settlement system - Tribunal of Asunción (€310 000)	Study "Apoyo a la Aplicación de los Reglamentos contra Prácticas Desleales al Comercio, Defensa Comercial y Salvaguardia" (US\$75 000)							

SECTORS	EC	IDB	Germany (GTZ)	France	Japan JICA	Korea	Italy	OEA	Canada (IDRC)
Statistics	Statistical harmonization. Phase 1: 4.135M € (1998-2002). Phase II: 2M€ (2006-2010)	Common Census in Mercosur, with the Statistical Institutes of the Mercosur countries							
Market Integration (and sectors)									
Macro economy	Macroeconomic harmonisation of Mercosur indicators (7.1M€)	"Supervisión Global Consolidada". With SGT 4 (Financial Matters)							
Customs	Customs Phases I* and II with Technical Committee (€0.7 million + €5.3 million)				"Estudo do Transporte de Mercadorias no Mercosul" (under negotiation)				
Physical integration	Support for the physical integration of Mercosur, programmed for the 2nd half of 2005 (€2.84 million)								

SECTORS	EC	IDB	Germany (GTZ)	France	Japan JICA	Korea	Italy	OEA	Canada (IDRC)
Technical Norms	Technical Standardisation Phases I* and II (€3.95 million + €4 million)								
Agriculture and SPS	Agriculture Phases I* and II (veterinary and phytosanitary issues) (€11.2 million + €6 million)				* Quality/cost of bottles and packaging, with the Industrial Technology Institutes of Mercosur (under negotiation) * Agricultural production and environmental sustainability in Mercosur (under negotiation)				
Mining		Financing of the JICA project			Bank for new investments II. Projects in non-metal minerals. With SGT 2 (under negotiation)				

SECTORS	EC	IDB	Germany (GTZ)	France	Japan JICA	Korea	Italy	OEA	Canada (IDRC)
Science and Technology	Biotechnology (€6 million 2005-08) Open to Sixth Framework Programme Bilateral agreements with Argentina and Brazil			Cooperation Agreement on Science & Technology with Mercosur (2003)		Workshop TI: "oportunidades de negocios y Cooperación Técnica" (2002)		*Regional Programme of technology missions for SMEs, with Arg, Bra, and Uru. Management: Min. Education Uruguay *Coop in C&T with Mercosur in 1997 and 1998, Management: MST Brazil	
Mercosur Civil Society									
Labour Relations	Social dimension of Mercosur, integration. With SGT 10 (€950 000)								
Info. society	Virtual School & Electronic Commerce (€7 million, in preparation)								
Education, culture, audiovisual sector	Intra-Mercosur Student Mobility (€3 million, at decision stage)					Mission of Korean journalists to Mercosur			

SECTORS	EC	IDB	Germany (GTZ)	France	Japan JICA	Korea	Italy	OEA	Canada (IDRC)
Economic research		Study "O Ingresso na União Européia dos 10 países candidatos: Conseqüências para Mercosul"						Mercosur Net (finished)	Network of Universities and Institutes RED Mercosur
Sustainable industrial dev.			<ul style="list-style-type: none"> * Clean production processes. With SGT 6 * Sustainable Production, competitiveness and the Environment" (C&MA). * inter-institutional cooperation with the industry working (sub-)group (SGT 7 Industria) as well as with the "Foro de Competitividad Madera-Muebles del MERCOSUR" 					Environment With SGT 3. (finished)	

SECTORS	EC	IDB	Germany (GTZ)	France	Japan JICA	Korea	Italy	OEA	Canada (IDRC)
Tourism		"Conta satelite de Turismo", RET (US\$145 000)			Tourism promotion of Mercosur in Japan. With RE Tourism (under negotiation)				

* Projects previous to the MoU 2002-2006.

6.10. Acrónimos

@LIS:	Aliança para a Sociedade da Informação
ACL:	Acordo de Comércio Livre
AL:	América Latina
ALADI:	Associação Latino-Americana de Integração
ALCA:	Área de Livre Comércio das Américas
ALFA:	América Latina - Formação Académica
AL-Invest:	Programa da Comissão Europeia para a promoção dos investimentos
ALURE:	América Latina – programa de cooperação em matéria de energia
ALβAN:	Programa de Bolsas de Alto Nível da União Europeia para a América Latina
ANCINE:	Agência Nacional do Cinema
AT:	Assistência Técnica
BEI:	Banco Europeu de Investimento
BM:	Banco Mundial
C&T:	Ciência e Tecnologia
CCM:	Comissão de Comércio do MERCOSUL
CCT:	Comité de Cooperação Técnica
CE:	Comunidade/s Europeia/as
CEPALC:	Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas
CMC:	Conselho do Mercado Comum
COM:	Comunicação
COREPER:	Comité dos Representantes Permanentes
CPC:	Comissão Parlamentar Conjunta
CRPM:	Comissão de Representantes Permanentes
DEP:	Documento de Estratégia por País
DER:	Documento de Estratégia Regional
ETC:	Entraves Técnicos ao Comércio
FCES:	Fórum Consultivo Económico e Social
FMI:	Fundo Monetário Internacional
G20:	Grupo dos 20
GMC:	Grupo Mercado Comum
IDE:	Investimento Directo Estrangeiro
IFI:	Instituições Financeiras Internacionais
IIRSA:	Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana

INCAA:	Instituto Nacional de Cinema e Artes Audiovisuais
JICA:	Agência de Cooperação Internacional do Japão
ME:	Memorando de Entendimento
MERCOSUL:	Mercado Comum do Sul
MSF:	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
NAFTA:	Acordo de Comércio Livre da América do Norte
ODM:	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OMC:	Organização Mundial do Comércio
ONG:	Organização Não Governamental
PIB:	Produto Interno Bruto
PIN:	Programa Indicativo Nacional
PME:	Pequenas e Médias Empresas
RECAM:	Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do MERCOSUL
RECT:	Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia
REDIMA:	Rede de Diálogo Macroeconómico
SEM:	Sector da Educação do MERCOSUL
SGT:	Subgrupos de Trabalho
TEC:	Tarifa Externa Comum
TIC:	Tecnologias da Informação e da Comunicação
TPR:	Tribunal Permanente de Revisão
UE:	União Europeia
UN:	Nações Unidas
URB_AL:	Desenvolvimento Urbano na América Latina
US\$:	Dólar dos EUA